



Universidade de Aveiro  
2022

**NICOLE DOMINGUES  
CONCEIÇÃO**

**A FUNDAÇÃO CASA DE MACAU – ENTRE O  
PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO**



Universidade de Aveiro  
2022

**NICOLE DOMINGUES  
CONCEIÇÃO**

**A FUNDAÇÃO CASA DE MACAU – ENTRE O  
PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO**

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizado sob a orientação científica do Doutor Jorge Tavares da Silva, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha tia Teresa por me ter inspirado a prosseguir os estudos de ciências políticas e sociais, à minha tia Graça por reconhecer o meu valor e à minha mãe por ter acreditado sempre em mim

**o júri**

presidente

Prof. Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues  
Professor Associado da Universidade de Aveiro

vogais

Prof. Doutora Maria Fernanda Pargana Ilhéu  
Professora Associada da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor Jorge Tavares da Silva  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

## **Agradecimentos**

À Dr. Joana Barros Silva, Orientadora de Estágio na FCM,  
Ao Professor Álvaro Augusto da Rosa,  
Ao Professor Jorge Tavares da Silva,  
Ao Miguel Vieira,  
À Marta Creôlo,  
À minha mãe,  
Ao meu pai,  
À Golden,

Obrigada pela oportunidade, pela ajuda incansável e pelo apoio emocional!

*Last, but not least, I want to thank me. I want to thank me for believing in me, I want to thank me for doing all this hard work. I want to thank me for having no days off. I want to thank me for never quitting. I want to thank me for always being a giver and trying to give more than I receive. I want to thank me for trying to do more right than wrong, I want to thank me for just being me at all times. (Snoop Dogg, 2019)*

**palavras-chave**

Fundação Casa de Macau, Projeto da Grande Baía, Macau, estudos chineses, relações luso-chinesas, políticas interna e externa chinesas

**resumo**

O presente relatório de estágio tem como objetivo analisar a Fundação Casa de Macau como um vínculo institucional entre o passado, presente e futuro das relações luso-chinesas. Esta linearidade temporal é estabelecida pela sua origem, enquadrada na história diplomática entre Portugal e a China, e pelo desenvolvimento das iniciativas da instituição, dirigidas à promoção, ao aprofundamento e à divulgação de estudos e conhecimentos sobre a China, Portugal e, em especial, Macau. O estágio curricular, realizado no âmbito do Programa de Estágios da Fundação Casa de Macau, em parceria com a Universidade de Aveiro, consistiu na investigação sobre o Projeto da Grande Baía, uma proposta chinesa recente de criação de uma metrópole mundial, que aglomera a província de Guangdong e as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau, no sentido de transformar a Área da Grande Baía num centro internacional financeiro, comercial, científico, de inovação tecnológica e educação.

**keywords**

Fundação Casa de Macau, Greater Bay Area, Macao, chinese studies, portuguese-chinese relations, chinese domestic and foreign policies

**abstract**

The following internship report aims to analyze Fundação Casa de Macau as an institutional link between the past, present and future of the Portuguese-Chinese relations. This historical connection is established by its origin, embedded in the evolution of the diplomatic relations between Portugal and China, and by the development of the institution's initiatives, aimed at promoting, deepening and sharing studies and knowledge related to China, Portugal, and especially Macao. This internship, carried out under the Fundação Casa de Macau Internship Program in partnership with University of Aveiro, consisted of a research project about the Greater Bay Area, a recent Chinese proposal for the creation of a world metropolis, which agglomerates the province of Guangdong and the Special Administrative Regions of Hong Kong and Macao, in order to transform the area into a financial, commercial, scientific, technological and educational international center.

## **Lista de Abreviaturas**

- AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
- CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau
- CEA – Centro de Estudos Asiáticos
- CEPA – Acordo de Parceria Económica Integral
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- DRP – Delta do Rio das Pérolas
- EB1 – Escola Básica do 1º ciclo
- EOM – Estatuto Orgânico de Macau
- EUA – Estados Unidos da América
- FCM – Fundação Casa de Macau
- IDE – Investimento Direto Estrangeiro
- KMT – Kuomintang
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCC – Partido Comunista Chinês
- PIB – Produto Interno Bruto
- PME – Pequenas e Médias Empresas
- RAEHK – Região Administrativa Especial de Hong Kong
- RAEM – Região Administrativa Especial de Macau
- RMB – Renminbi
- ROC – República da China
- RPC – República Popular da China
- UA – Universidade de Aveiro
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- USD – United States Dollar
- ZEE – Zona Económica Especial



# Índice

|  |    |
|--|----|
| Índice .....   | 2  |
| Índice de Tabelas .....  | 4  |
| Índice de Figuras .....  | 5  |
| Introdução .....   | 6  |
| 1. Amigos improváveis: as relações históricas entre a China e Portugal .....   | 10 |
| 1.1. Um vaivém de (des)confiança e o pragmatismo político luso-chinês – Do primeiro contacto ao Tratado de Amizade e Comércio (1517-1887)..... | 10 |
| 1.2. O século das tensões e resoluções: a questão de Macau.....  | 14 |
| 1.3. As negociações informais e formais: da Ata Secreta (1979) até à transferência de Macau (1999).....  | 16 |
| 1.4. Uma nova era – a cooperação política e económica luso-chinesa do século XXI ..  | 19 |
| 2. A Fundação Casa de Macau: origem e missão .....   | 22 |
| 2.1. Estrutura organizacional e funcional .....  | 23 |
| 2.2. Iniciativas culturais e projetos educativos .....   | 24 |
| 2.2.1. Parcerias e Protocolos.....   | 25 |
| 3. Metodologia.....  | 27 |
| 4. O estágio curricular na Fundação Casa de Macau.....   | 28 |
| 4.1. Objetivos do estágio .....  | 28 |
| 4.2. Atividades e funções.....   | 28 |
| 4.2.1. A Área da Grande Baía: do Delta do Rio das Pérolas ao Projeto da Grande Baía .....  | 29 |
| 4.2.1.1. A fundação e transição formal do Delta do Rio das Pérolas para o Projeto da Grande Baía (2001-2016) .....                             | 33 |

|          |   |    |
|----------|---|----|
| 4.2.1.2. | O Framework agreement on Deepening Guangdong-Hong Kong-Macao Cooperation in the Development of the Greater Bay Area (2017)..... | 33 |
| 4.2.1.3. | O Outline Development Plan for the Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area (2019) .....                                      | 34 |
| 4.2.2.   | A triangulação do Projeto da Grande Baía – as cidades.....  | 35 |
| 4.2.2.1. | A província de Guangdong.....   | 35 |
| 4.2.2.2. | A Região Administrativa Especial de Hong Kong .....   | 37 |
| 4.2.2.3. | A Região Administrativa Especial de Macau .....   | 38 |
| 4.2.3.   | Uma marca das políticas interna e externa chinesas.....   | 40 |
| 4.2.4.   | As funções do Projeto da Grande Baía.....   | 44 |
| 4.2.5.   | Conclusão: a polivalência do Projeto da Grande Baía .....   | 45 |
| 4.2.6.   | Seminário “Guangdong-Hong Kong-Macau: a triangulação do Projeto da Grande Baía” .....   | 46 |
| 5.       | Considerações finais .....  | 47 |
| 6.       | Referências bibliográficas .....  | 51 |

## **Índice de Tabelas**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1: Cronograma de desenvolvimento de tarefas na FCM .....                  | 29 |
| Tabela 2: Principais indicadores económicos da região do DRP .....               | 32 |
| Tabela 3: Principais indicadores económicos e demográficos da região do DRP..... | 32 |

## **Índice de Figuras**

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Mapa da Área da Grande Baía ..... | 30 |
|---|----|

## **Introdução**

Elaborado no âmbito do Mestrado em Estudos Chineses da Universidade de Aveiro, em parceria com o Instituto Universitário de Lisboa, o presente relatório resulta da conclusão de um estágio curricular realizado na Fundação Casa de Macau de Lisboa, uma organização privada, sem fins lucrativos, focada na promoção, realização e divulgação de variados estudos e conhecimentos relativos a Macau.

A escolha final pelo estágio curricular, em detrimento da dissertação, deveu-se em particular ao desejo pessoal de uma componente prática nesta área de estudo, tendo em conta a abordagem essencialmente teórica nos anos académicos já decorridos. Esta oportunidade foi proporcionada pela FCM de Lisboa, cuja oferta de estágio coincidiu com um interesse pessoal pela investigação académica: a realização de um ensaio académico e da sua apresentação final em seminário. Em colaboração com a orientadora de estágio, foram investigados diversos temas referentes a Macau, entre os quais foi considerado “Guangdong-Hong Kong-Macau: a triangulação do Projeto da Grande Baía” o de maior interesse. O desafio embutido na natureza económica do tema e na prematuridade do seu estudo, bem como a chance de contribuir para a produção e divulgação do seu conteúdo no contexto académico, traduziram-se em oportunidades bastante cativantes e únicas que não se podiam perder aos olhos de um estudante curioso e persistente, iniciando, assim, a jornada na FCM.

Criada em 26 de julho de 1996, graças à amizade política conservada ao longo da história das relações luso-chinesas, esta instituição representa a identidade macaense em Portugal, oferecendo apoio à população de Macau residente no território português e dispondo abertamente ao público o Centro de Documentação da Fundação Casa de Macau, espaço este que contém as suas peças literárias e o seu espólio histórico da região. A sua missão consiste principalmente em promover, aprofundar e divulgar os conhecimentos sobre Macau em Portugal mediante o desenvolvimento de projetos socioculturais e iniciativas académicas, entre as quais se destaca, no âmbito do presente relatório, a abertura do seu programa de estágios curriculares, em parceria com a UA, através do qual foi possível realizar o estudo sobre o Projeto da Grande Baía.

De um modo geral, o Projeto da Grande Baía refere-se à triangulação da província de Guangdong e das RAEM e RAEHK, com base numa proposta chinesa de criação de uma metrópole mundial, que assumisse a liderança global em matérias de inovação tecnológica

e investigação científica e se apresentasse como um centro internacional financeiro, comercial, de logística, educação e cultura. Apesar de a sua recém oficialização ter-se sucedido em 2017, os planos de desenvolvimento desta iniciativa remetem a sua origem à década de 80 do século passado, na zona antigamente conhecida por DRP, respondendo, desde esse momento, às metas consagradas nas políticas interna e externa da RPC. Com o intuito de desmembrar a complexidade desta iniciativa, este estudo estabeleceu como principais objetivos a descrição objetiva e detalhada do Projeto da Grande Baía, indagando sobre a sua história originária, as suas características geográficas, económicas, políticas e sociais atuais e a sua dinâmica; a alusão das competências das suas regiões integrantes e da sua importância para o desenvolvimento do Projeto; e a análise das funções, finalidades e da capacidade político-económica deste último no âmbito das políticas interna e externa chinesas. A concretização destas metas assinaladas para esta investigação, no âmbito dos objetivos da FCM, permitiu desvendar as potencialidades de Macau, compreender a relevância da sua participação nesta iniciativa e reagir contra a invisibilidade e a desconsideração de que essa região continua a ser alvo pelo mundo académico.

Nesta sequência, a natureza, o propósito e as dinâmicas da FCM estabelecem, assim, a instituição como um elo de ligação entre o passado, o presente e o futuro: a história sucedida entre o reino português e o Império do Meio, desde a instalação temporária dos portugueses em Macau, em 1513, até à transferência da região para a soberania chinesa, em 1999, levou à criação desta entidade em Portugal, a qual se encontra atualmente a promover, aprofundar e divulgar estudos e conhecimentos relativos à atual RAEM e ao seu futuro, como é o caso específico da investigação realizada sobre o Projeto da Grande Baía. Posto isto, este documento procura expor a prova e a análise dessa linearidade e continuidade temporal manuseada pela FCM, explorando a relação de causa-efeito entre a história das relações luso-chinesas, a origem da instituição e o estudo sobre o Projeto da Grande Baía. Assim, os objetivos do presente relatório de estágio consistem em apresentar a origem da entidade de acolhimento, enquadrada na história das relações luso-chinesas; as atividades desenvolvidas ao longo deste percurso curricular, em torno do estudo sobre o Projeto da Grande Baía; e a análise desses fenómenos como vínculos de conexão entre o passado, o presente e o futuro das relações entre Portugal e a China.

Deste modo, o primeiro capítulo do presente relatório de estágio dedica-se à contextualização histórica do berço da FCM, inserido na evolução das relações luso-chinesas.

Esta secção informa o leitor de quatro fases diplomáticas entre Portugal e a China, desde o primeiro contacto entre os “bárbaros” portugueses e os *chins*, no início do século XVI, até ao período contemporâneo, pós-transferência de Macau para a soberania chinesa, em 1999, com o intuito de partilhar a ligação de causa-efeito entre a história diplomática compartilhada pelas duas nações e o surgimento de instituições chinesas em Portugal, e vice-versa. Ao longo deste meio milénio, ambos os países desenvolveram uma amizade única, com base no pragmatismo político e económico, tendo resultado nos respetivos territórios uma série de transformações que conservam, ainda hoje, a sua relação e história, tal como a criação de diversas instituições macaenses em Portugal, designadamente a FCM.

Na sequência do enquadramento histórico, o segundo capítulo concentra-se na caracterização da FCM e das suas dinâmicas. Esta entidade, nascida em 1996, tem como principais missões apoiar a população macaense residente em Portugal, incentivar o estudo sobre Macau e divulgar conhecimentos sobre essa região, através da exposição de um espólio rico da cultura e história macaense, da disposição de materiais de literatura e conteúdo audiovisual sobre Macau e a criação de iniciativas e projetos no plano académico e sociocultural da instituição. Assim, esta entidade e as suas dinâmicas representam a âncora do passado das relações luso-chinesas na atualidade e no futuro da China, de Portugal e de Macau, permitindo ao público aceder a informações sobre essa linha temporal e cultivar conhecimentos adicionais sobre a região.

Seguidamente, o terceiro capítulo aborda a metodologia, classificada como qualitativa, aplicada à investigação sobre o Projeto da Grande Baía. Este estudo integra a descrição extensa e detalhada da iniciativa, desde a sua história até aos seus constituintes, e a sua análise com base numa abordagem realista das relações internacionais, através da qual se procura determinar a relação de causa e efeito entre determinados fenómenos, relacionados com os planos de desenvolvimento económico das regiões da Área da Grande Baía, e os comportamentos políticos do governo de Pequim.

No seguimento da apresentação da metodologia, no quarto capítulo exploram-se, com detalhe, as atividades desenvolvidas no estágio curricular e as suas fases, divididas na realização do ensaio científico sobre o Projeto da Grande Baía e na sua apresentação final em seminário. Estas etapas consistiram principalmente na definição dos objetivos gerais e específicos, na pesquisa e recolha de informação variada e de dados estatísticos, na revisão

bibliográfica e na estruturação, no encadeamento, na análise e sintetização da informação reunida, levando a concretizar as metas definidas pela instituição e a comprovar, com sucesso, a representação da FCM enquanto uma “ponte” entre o passado, o presente e o futuro, no âmbito do desenvolvimento atual e posterior do Projeto da Grande Baía e das suas regiões.

Por fim, no quinto capítulo, consta um breve resumo sobre as ideias centrais apresentadas ao longo do relatório, finalizando com a solidificação da principal proposição defendida no documento – a FCM enquanto uma âncora que liga um período histórico distante a um tempo e espaço presente e futuro – e um conjunto de reflexões sobre o estágio curricular, os desafios, as consequentes aprendizagens desenvolvidas durante este percurso e a sua importância no âmbito da conclusão do curso de Mestrado em Estudos Chineses.



# **1. Amigos improváveis: as relações históricas entre a China e Portugal**

A presença chinesa atual em Portugal não reflete a dimensão das relações entre as duas nações. Esta relação foi definitivamente marcada por avanços ligeiros e retrocessos impulsivos, seguido da extremidade sentida entre ambas culturas, tão diferentes e, ainda assim, compatíveis por apenas uma característica em comum: o pragmatismo (Ramos, 1990; Mendes, 2016). Apesar de o contacto entre ambas comunidades ser pouco significativa, tanto a China como Portugal optaram por gerir a sua relação conforme a utilidade económica e comercial que as suas atividades lhes proporcionavam. Esta natureza utilitarista da sua ligação continua a persistir nos dias de hoje por via de uma dinâmica de cooperação *win-win* em várias matérias (Mendes, 2016; Mongiardim, 2018), servindo Macau e as suas extensões institucionais, em específico a FCM, como uma ponte política e económica entre ambos territórios.

## **1.1. Um vaivém de (des)confiança e o pragmatismo político luso-chinês – Do primeiro contacto ao Tratado de Amizade e Comércio (1517-1887)**

O caminho para o assentamento dos portugueses em Macau foi pavimentado pelas suas várias tentativas de contacto com o Império do Meio<sup>1</sup>, motivadas pela “conquista” de territórios, pelo comércio e, mais tarde, pela difusão da fé cristã. Segundo os registos, a viagem ao continente asiático tem início no final do século XV, com a partida de Vasco da Gama, Paulo da Gama e Nicolau Coelho de Lisboa até a Calecute, na Índia, em 8 de junho de 1497 (Silva, 2020: 37). A sua chegada, datada em 20 de maio de 1498, abriu pretexto para explorar territórios vizinhos, levando Diogo Lopes de Siqueira e a sua tripulação, em 1509, por ordem de D. Manuel, viajar primeiramente até a Malaca, região da atual Malásia

---

<sup>1</sup> A exploração marítima chinesa levada a cabo por Zheng He teve o seu término no ano de 1463 devido à alteração das políticas imperiais e ao custo das expedições, cuja natureza era meramente política. As suas missões, desenroladas até à Costa Oriental Africana, moviam-se primordialmente pela estratégia de criar um sistema tributário entre a China e os respetivos territórios vassallos. Ao contrário da política chinesa, Portugal manteve a exploração marítima até a Ásia, levando eventualmente ao primeiro encontro entre os portugueses e os apelidados de “chins” (Silva, 2020: 36-37).

que apresentava uma rede de comércio favorável aos portugueses (Silva, 2020: 38; Ramos, 1990: 159):

Perguntareis pelos chins, e de que partes vêm, e de quão longe, e de quanto em quanto vêm a Malaca, ou aos lugares em que tratam, e as mercadorias que trazem, e quantas naus deles vem cada ano, e pelas feições de suas naus, e se tornam no ano em que vêm, e se têm feitores ou casas em Malaca, ou em outra alguma terra, e se são mercadores ricos, e se são homens fracos, se guerreiros, e se têm armas ou artilharia, e que vestidos trazem, e se grandes homens de corpos, e toda a outra informação deles, e se são cristãos, se gentios, ou se é grande terra a sua, e se têm mais de um rei entre eles, e se vivem entre eles mouros ou outra alguma gente que não viva na sua lei ou crença, e se não são cristãos, em que crêem, ou a que adoram, e que costumes guardam, e para que parte se estende sua terra, e com quem confinam. (Ramos, 1990: 159)

Após a “conquista” desta cidade e das suas redes de comércio por Afonso de Albuquerque em 1511, a expansão marítima portuguesa, conduzida por Jorge Álvares, seguiu rumo até ao território chinês em Tamão, momento que viria a marcar documentalmente o ano de 1513 com a primeira chegada dos portugueses, já alcunhados como *Folangji*<sup>2</sup>, à China (Ramos, 1990: 159-160; Silva, 2020: 38).

O primeiro contacto oficial entre os portugueses e os chineses sucedeu-se em 1517 numa missão a Pequim liderada por Tomé Pires, o primeiro embaixador português na China, cuja dedicação se reviu na escrita da obra *Suma Oriental* – também o primeiro registo descritivo da China por um português (Silva, 2020: 40). Este encontro não aglomerou boas impressões sobre os lusitanos, não só pela ideia sinocêntrica do carácter bárbaro de comunidades longínquas do Império do Meio, tal como Portugal, como ainda pela representação negativa que momentos como a conquista de Malaca, a brutalidade da chegada a Tamão e a falta de reconhecimento de D. Manuel I do protocolo chinês nas redes de vassalagem tinham formado (Ramos, 1990; Mendes, 2016: 2-3; Silva, 2020: 46-47). Este fracasso traduziu-se na execução da respetiva tripulação portuguesa, incluindo presumivelmente Tomé Pires, e na expulsão dos portugueses de Pequim em 1521, suspendendo as expedições oficiais portuguesas à China (Mendes, 2016: 3).

---

<sup>2</sup> Segundo João Ramos (n.d.), o termo *Folangji* ou *Folangxi* foi a alcunha com que a China propositadamente reconheceu os portugueses no seu primeiro contacto, marcado pela língua intermediária árabe, em Malaca (Barreto, 2018: 15).

Esta relação de desconfiança foi ultrapassada pelo pragmatismo de ambos povos, a quem o comércio correspondeu a ambas necessidades. A propósito deste dinamismo comercial, após três anos de negociação, o capitão Leonel de Sousa assinou um acordo com as autoridades de Cantão em 1554, que, para efeito, autorizou a navegação dos portugueses nos mares chineses e abriu caminho, tanto para a sua instalação em Macau, em troca de uma renda, em 1557, como para eventuais expedições para o interior da China (Ramos, 1990: 165-166; Mendes, 2016: 3). Este episódio retrata o início dos laços históricos entre Portugal e Macau e a sua natureza intermediária entre o reino português e o Império do Meio, importante para as relações contemporâneas luso-chinesas ao suceder ali quase que 500 anos de convivência entre lusitanos, mandarins e macaenses:

Macau é nesta primeira fase do relacionamento direto a plataforma Eurasiática das rotas marítimas da seda e porcelana. A fronteira máxima da moderna conexão e interdependência Europa-China. O porto, cidade, serviço que traz Europa à China e ao Japão (via Nagasaki) e faz sair China para a Europa e os mundos do Mundo Neo-Europeu em África e sobretudo nas Américas. Macau é uma cidade portuária internacional de autonomia interdependente frente a múltiplos poderes e fatores regionais e imperiais, locais e internacionais, próximos e distantes, que vão desde Guangdong e o Fujian até Lisboa e Pequim passando por Goa, Manila, Madrid, Roma, etc. Fruto nascido de parcerias sino-portuguesas emerge como polo dinamizador do comércio triangular da Ásia do Sueste-Ásia Oriental que troca produtos naturais malaios, indonésios, tailandeses por manufaturas chinas e metais preciosos japoneses ao mesmo tempo que desloca e introduz nestes universos componentes do Índico, Atlântico e Pacífico (por via de Manila/Macau em concorrência e parceria). (Barreto, 2018: 19-20)

Entretanto, as missões levadas a cabo pelos jesuítas na China, iniciadas entre 1582 e 1583, ainda aprimoraram a sua ligação, expondo pelas suas excursões conhecimentos culturais, técnicos e científicos, úteis para o povo chinês (Mendes, 2016: 4; Silva, 2020). Alguns dos missionários mais importantes na história das relações luso-chinesas, como Matteo Ricci, Emanuel Dias, Alexandre Metelo, Francisco Sampaio e Tomás Pereira, formaram-se na Universidade de Coimbra, dominando as línguas, a matemática, a geografia, a astronomia e a diplomacia e semeando confiança com os sucessivos imperadores chineses<sup>3</sup> (Silva, 2020: 51-52).

---

<sup>3</sup> Para além de se dedicar à música, o padre missionário Tomás Pereira foi nomeado como conselheiro do Imperador Kangxi pelos dotes que apresentava nas ciências exatas e na diplomacia, acabando por intermediar e negociar, com sucesso, as delimitações geográficas da China com a Rússia no Tratado de Nerchinsk, em 1689 (Silva, 2020: 54-55).

A fase de prosperidade entre os portugueses e os chineses sentida durante a dinastia Ming teria o seu término aquando a morte do último imperador Chongzhen, devido ao assalto manchu, em 1644, e a sucessão de Kangxi ao trono, em 1661<sup>4</sup> (Silva, 2020: 55-56). A nova dinastia Qing demonstraria uma crescente intolerância com a presença portuguesa na China, especificamente com os missionários jesuítas, proibindo a pregação cristã no território em 1721 e sugerindo a expulsão dos portugueses de Macau (Mendes, 2016: 4; Silva, 2020: 60). Este episódio indica, novamente, a decadência da confiança sentida nas relações luso-chinesas, acompanhada por uma conjuntura da política interna chinesa instável e agressiva, marcada, por sua vez, pela sucessão das Guerras do Ópio, pela cedência de Hong Kong à administração inglesa, pela insurreição da rebelião Taiping e pela diáspora chinesa (Silva, 2020). A vulnerabilidade política chinesa e a dinâmica de interajuda entre soldados britânicos e os habitantes portugueses, levada a cabo em Macau, abriu pretexto para que o seu governador, Ferreira do Amaral, clamasse soberania sobre a região, extinguindo, assim, a autoridade chinesa sobre o território e abolindo o pagamento de tributo, estipulado inicialmente entre Cantão e Portugal (Silva, 2020: 62-63; 94; Mendes, 2016: 4). O confronto de diferentes vontades tornou Macau naturalmente num objeto de disputa entre ambos povos, marcando um dos poucos momentos de rivalidade direta entre o Império do Meio e o reino português na história luso-chinesa (Silva, 2020: 94-95).

As divergências e a hostilidade sentidas entre a China e Portugal tiveram a sua resolução na negociação e assinatura do Tratado de Amizade e Comércio em 1887, cujas cláusulas atendiam às necessidades e vontades de igual modo a ambos países (Mendes, 2016: 4). Assim, os portugueses reviam-se no direito e poder de ocupar e habitar perpetuamente o território, manifestando soberania sobre o mesmo, porém, dentro dos limites estipulados pelo império chinês (Silva, 2020: 95-97). Este acordo restaurou a amizade luso-chinesa, novamente com base no pragmatismo político, transformando Macau numa colónia portuguesa e, em simultâneo, permitindo à China um mínimo de controlo sobre o território macaense e o tráfico ilegal de ópio e de cules (Silva, 2020).

---

<sup>4</sup> Este período remonta ao “Século das Embaixadas” (1667-1784), caracterizado pelas frequentes negociações entre a corte imperial chinesa e Portugal sobre a permanência dos missionários jesuítas e da pregação cristã na China (Mendes, 2016: 4).

## 1.2. O século das tensões e resoluções: a questão de Macau

As insurgências anti-imperialistas começariam a tomar forma no início do século XX<sup>5</sup>, aquando a proclamação de Portugal e da China enquanto repúblicas, respetivamente em 1910 e 1912 (Mendes, 2016: 5). O Tratado de Amizade e Comércio de 1887 seria repensado como um “tratado desigual”, a permanência da legação portuguesa em Pequim desde 1903 provocaria dúvidas e tensão popular no país e a questão de Macau denotar-se-ia mais ainda entre as autoridades de Cantão e o público chinês como um assunto “a resolver” (Silva, 2020).

No entanto, os acontecimentos desenvolvidos no século XX, em particular a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, pouco permitiram à China preocupar-se com a resolução desse impasse em Macau (Mendes, 2016; Silva, 2020). Durante este período, o Império do Meio confrontava uma vasta instabilidade sociopolítica interna, caracterizada por protestos, rebeliões e conflitos civis. O Movimento 4 de Maio (1919), que contrariava as cláusulas do Tratado de Versalhes desfavoráveis à China, e a guerra civil entre o grupo nacionalista KMT e o PCC, provocada pelo Massacre de Xangai em 12 de abril de 1927, foram dois dos episódios que marcaram a história da política interna chinesa (Silva, 2020: 65-72; 98). Em simultâneo, a China encontrava-se em guerra com o Japão desde 1894, inimigo que veio a permanecer hostil até 1945. Este período de tensão prolongado, em soma com a política de neutralidade que Portugal manteve cautelosamente no território macaense face aos conflitos internos e externos chineses<sup>6</sup>, levaram a que a questão de Macau fosse abordada só apenas na metade do século XX, aquando a implantação da RPC em 1949 (Silva, 2020: 99-101).

Após o final da Guerra da Coreia (1950-1953), circunstância em que a presença ocidental em Hong Kong e Macau era estrategicamente benéfica para a RPC<sup>7</sup>, a pressão diplomática sobre a reivindicação dos respetivos territórios foi crescente junto dos ideais de

---

<sup>5</sup> A Revolta dos Boxers (1898-1900) designa um dos episódios de recusa e violência contra a presença de estrangeiros, em particular ocidentais, e cristãos no país. Esta rebelião, conhecida como os “Harmoniosos Punhos Justicieros”, identificava-se fortemente com os ideais nacionalistas e anticoloniais, protestando as ações imperialistas do Ocidente (Silva, 2020: 64; 69).

<sup>6</sup> Apesar de ter manifestado uma política de neutralidade, Macau dispôs-se como um espaço de refúgio a emigrantes chineses que fugiam dos bombardeamentos japoneses no território chinês, abrindo pretexto para missões secretas de espionagem e contraespionagem sino-japonesas (Silva, 2020: 99-101).

<sup>7</sup> A política chinesa de *pro-status quo* de Macau, efetivada em 1950, foi meramente estratégica e vantajosa para a consolidação do novo regime da RPC e do poder e controlo político de Mao, para a recuperação económica de uma China em guerra e para o contorno do embargo comercial imposto pelas potências ocidentais da altura, como os EUA e o Canadá (Fernandes, 2008: 159-162).

descolonização e autodeterminação de Mao Tsé-Tung (Mendes, 2016: 5; Fernandes, 2008: 154; 165). No que diz respeito a Macau, embora o Presidente chinês desejasse uma transição pacífica do mesmo, o início deste processo não foi imune a conflitos e desentendimentos civis. Em 15 de novembro de 1966, o poder das autoridades portuguesas foi alvo de desprezo no território macaense, quando um grupo de indivíduos se encontrava a demolir uma escola sem autorização do respetivo governo e as entidades polícias não responderam à “infração” manifestada (Silva, 2020: 102). Recusando-se a conceder uma licença para esse processo continuar dentro da legalidade, o governo português assiste à inquietação do público chinês, desencadeando uma série de manifestações violentas, conhecidas como o “motim 1-2-3”, contra as autoridades portuguesas, acusadas de ações imperialistas (Mendes, 2016: 5; Silva, 2020: 102-103).

Passadas as tensões sociais no território, sucedeu-se um período de diálogo, seguido de um pedido de desculpas e de algumas cedências por parte do governador Nobre de Carvalho, em 1967, apesar de António de Oliveira Salazar persistir na manutenção da soberania portuguesa em Macau por interesses comerciais, económicos e políticos (Mendes, 2016: 5; Fernandes, 1997: 530; Silva, 2020: 103). A morte do primeiro-ministro português em 1970 e a consequente postura favorável de Portugal perante a proposta de substituição da ROC pela RPC no Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano seguinte, em 1971, favoreceram mais o palco de negociações entre a China e Portugal (Silva, 2020: 103). Nessa sequência, a pedido do governo de Pequim e sob reconhecimento da administração portuguesa, a Comissão Especial de Descolonização retirou Macau e Hong Kong da lista de territórios não-autónomos – um documento que aglomera as áreas que se encontram sob regime colonial – da ONU, em 1972 (Mendes, 2016: 6; Silva, 2020: 103-104).

Dois anos depois, a Revolução do 25 de abril de 1974 contra o sistema ditatorial português toma lugar em Lisboa, desabrochando ideais liberais e socialistas, defensores da descolonização dos alcunhados “territórios ultramarinos”. A conjuntura sociopolítica revolucionária em Portugal derrubou o propósito do país em manter Macau como uma colónia portuguesa, tendo sido abolido o respetivo título colonial, presente no Estatuto Orgânico do Ultramar, e substituído por “território sob administração portuguesa” com a aprovação da nova Constituição macaense e do EOM, em 1976 (Silva, 2020; Mendes 2016). Este episódio político abriu, sem dúvida, uma porta para o desenvolvimento facilitado e pacífico das negociações entre Pequim e Lisboa, até porque Portugal, para além de mostrar

índices de desinteresse sobre Macau (Fernandes, 1997), também reconheceu a assimetria de poderes presente na sua relação com a China, abdicando, eventualmente, da sua soberania (Mendes, 2016).

### **1.3. As negociações informais e formais: da Ata Secreta (1979) até à transferência de Macau (1999)**

Portugal entrou em negociações informais com a China desde maio de 1974, respetivamente por meio dos embaixadores António Martins Coimbra e Zeng Tao – depois substituído por Han Kehua (Fernandes, 2018). Após quatro anos de conversações, ambos embaixadores produzem uma Ata – na altura, secreta ao conhecimento do público –, na qual Portugal e a China reconheciam Macau como um território explicitamente chinês, aguardando pela sua restituição “no futuro, no momento julgado oportuno, pelos governos dos dois países e por meio de negociações” (Mendes, 2016: 7). Apesar de o documento ainda ser alvo de modificações linguísticas<sup>8</sup>, em janeiro de 1979, Portugal e a China assinaram a Ata das Conversações para a resolução da questão de Macau, segundo Fernandes (2018), imprescindível para o estabelecimento das relações diplomáticas entre ambos países, iniciadas em 8 de fevereiro do mesmo ano (Silva, 2020; Mendes, 2016).

A primeira fase das negociações formais tem, assim, início em 1984, seguidas da visita do Presidente da República Portuguesa Ramalho Eanes à China pela primeira vez, em 1985, na qual o Primeiro-Ministro chinês Zhao Ziyang comunicou igualmente a prontidão do governo de Pequim em avançar com a resolução da questão de Macau (Mendes, 2007; Silva, 2020). Para além de a sua assimetria de poder suscitar tensão, este período negocial assinalou, sem dúvida, um processo complexo para Portugal, cujas rotinas burocráticas e métodos de gestão política eram exaustivamente ineficientes (Silva, 2020; Mendes, 2007; Ramos, 2013). As mudanças políticas no quadro interno da administração portuguesa não facilitaram as negociações com Pequim, tendo um impacto significativo no desenvolvimento

---

<sup>8</sup> Na ata, ambos os governos enunciavam que “O Embaixador de Portugal em Paris declarou que o Governo português está de acordo, *quanto ao fundo*, com a posição acima do Governo chinês” (Silva, 2020: 106), traduzindo-se na proclamação de Macau como um território exclusivamente chinês que seria devolvido à China, sem consulta democrática (Fernandes, 2018). Esta ideia era contrária à vontade e perspetiva portuguesas, tendo a expressão “quanto ao fundo” de ser retificada para “em geral”, proposta que foi novamente emendada por Pequim para “em princípio”, e aceite, finalmente, por Portugal (Fernandes, 2018; Silva, 2020).

das concessões e estratégias em Macau (Mendes, 2007). Não obstante as dificuldades sentidas nas relações luso-chinesas, ambos países chegaram a um acordo sobre as questões debatidas, desde as mais simples – como “as datas para rubricar e assinar a Declaração Conjunta; a data para a entrada em funções do Grupo de Ligação Conjunto e a sua localização” (Mendes, 2004: 367-368) – até às mais complexas, nomeadamente “a data para a transferência da administração do território; e a nacionalidade de cerca de oitenta mil cidadãos chineses, com nacionalidade portuguesa, em Macau” (Mendes, 2004: 367-368; Silva, 2020). Assumindo convenientemente Hong Kong e Macau como objetos de negociação idênticos, o Governo de Pequim propôs que a transferência de ambos territórios ocorresse na mesma data, oferta rejeitada de imediato pelo governo português, que reconhecia a diferença entre os dois casos e defendia, por isso, a natureza individual do seu processo de transição e apresentação<sup>9</sup> (Mendes, 2004: 367-368). Apesar de ter envolvido conflito de interesses nas reuniões posteriores, a data foi acordada com sucesso, restando, por último, a questão da nacionalidade dos habitantes de Macau. A política da China não admitia – nem admite atualmente – a dupla nacionalidade. Já Portugal não podia destituir a nacionalidade de um cidadão português, cujo nascimento decorresse no respetivo território. Na resolução deste impasse, a China permitiu aos habitantes de Macau, inclusive de etnia chinesa, o uso do passaporte português somente fora do país e também foi concedido o direito de residência a cidadãos chineses e portugueses de Macau (Mendes, 2004; 2016).

Em consequência das sucessivas negociações, a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa foi assinada em 13 de abril de 1987, acordando ambas as partes com o período de transferência da futura RAEM, explicitamente de 1988 até a 19 de dezembro de 1999 (Mendes, 2007; 2016). Além de estender este processo por mais dois anos, Portugal obteve reconhecimento de outras vontades suas, concedidas pelo governo chinês, nomeadamente a garantia da autonomia<sup>10</sup> e identidade de Macau, através da manutenção da administração política e do modo de vida da população macaenses, salvaguardada durante 50 anos, até a 2049 (Gonçalves, 2009: 6; Governo da República Portuguesa e República Popular da China). Estas concessões encontraram lugar nos anos seguintes até à data de transferência em 19 de

---

<sup>9</sup> Para além de apresentar esta perspetiva, Portugal frisou a necessidade de prolongar o tempo da sua administração em Macau para que cumprisse os devidos planos durante o período negocial, em particular, o desenvolvimento da região, das suas infraestruturas e dos seus serviços, propondo, assim, o adiamento da data da transição do território para o governo chinês (Fernandes, 1997: 539).

<sup>10</sup> Com exceção em matérias de política externa e defesa (Gonçalves, 2009).



dezembro de 1999, revendo-se na estratégia portuguesa de construção de obras públicas e de desenvolvimento de serviços em Macau. O investimento público em infraestruturas de transportes, comunicação e educação do território, efetuado durante a governação do Presidente português Aníbal Cavaco Silva, atenuou o nível de dependência da região para com Hong Kong, resguardando a autonomia de Macau (Mendes, 2016; Silva, 2020).

O dia de 19 de dezembro de 1999 foi inaugurado com uma cerimónia formal realizada em Macau, juntamente com a presença dos Presidentes de Portugal e da China, Jorge Sampaio e Jiang Zemin, do governador macaense Rocha Vieira e do primeiro-ministro António Guterres, sucedendo a transferência da nova RAEM para a soberania chinesa e terminando ali quatro séculos de história, marcados pela figura e feição portuguesa (Silva, 2020). Apesar de o processo negocial ter sido complexo, devido ao conflito de interesses, à excessiva burocratização no seu decurso e à constante mudança interna da administração portuguesa e, logo, dos métodos de gestão política, o pragmatismo e o realismo incumbido nas culturas políticas de Portugal e da China, desde o século XVI, levaram a que a chegada desta data transparecesse tranquilidade nas relações luso-chinesas, bem como nas negociações que a antecederam (Mendes, 2007; 2016; Ramos, 2013). Primeiramente, a noção das diferentes dimensões e capacidades de projeção de poder de ambos países foi, de imediato, a premissa base que bloqueou a possibilidade, no sentido racional, de desencadeamento de um conflito maior entre a China e Portugal (Mendes, 2007; 2016: 9). Em sequência, a vergonha portuguesa sobre os resultados do processo de descolonização no continente africano e no caso de Timor-Leste, em 1975, e a conseqüente pressão de contornar novamente os erros ocorridos naquele passado, também constituíram razões-chave para solucionar, da melhor forma possível, a situação de Macau, evitando, com sucesso, um confronto armado com a China (Mendes, 2016). Este resultado não seria, igualmente, favorável para a imagem que o Império do Meio queria semear e conservar no quadro internacional, muito menos para a concretização da sua estratégia de reunificação com Taiwan (Mendes, 2004). Assim, apesar de algumas concessões terem sido feitas contrariamente à sua vontade, ambas as partes avantajaram futuramente do processo pacífico de transição de Macau para a China, colhendo os frutos de uma dinâmica de cooperação, alicerçada em 444 anos de história (Silva, 2020; Fernandes, 1997).

#### **1.4. Uma nova era – a cooperação política e económica luso-chinesa do século XXI**

A data de 20 de dezembro de 1999 marcaria uma nova era para as relações luso-chinesas, cuja proximidade diplomática, a pretexto da natureza pacífica do processo de transferência, se movia por interesses estratégicos geopolíticos e geoeconómicos por intermédio de Macau, a nova plataforma de cooperação entre a China e Portugal que abria uma miríade de oportunidades económicas e políticas para ambos os países e mesmo para o território macaense em si (Mendes, 2016; Mongiardim, 2018; Rangel, 2013: 50).

Lisboa beneficiaria dos investimentos económicos da China, canalizados para o desenvolvimento dos negócios portugueses e para a expansão das respetivas empresas pelo país e, inclusive do crescente interesse chinês, quer sobre a importação de produtos de origem portuguesa – principalmente o vinho –, quer sobre as suas infraestruturas de transporte e respetivas localizações, como foi o caso do Porto de Sines (Mendes, 2016: 10; 12; Silva, 2020:137-138). Já Pequim, para além de penetrar no mercado português, através dos seus investimentos, estabelecimentos e produtos após a assinatura de uma Parceria Estratégica Global, em 2005 (Silva, 2020), gozaria do acesso a uma rede política de países, situados nos continentes americano, africano, europeu e asiático e unidos pelo vínculo histórico a Portugal e pelo idioma português – a CPLP –, com a qual empreendeu numerosas trocas e parcerias comerciais, através da criação do Fórum de Macau, em 2003<sup>11</sup> (Pereira, 2006: 67; Gonçalves, 2009; Rangel, 2013; Mongiardim, 2018). Assim como Mongiardim (2018: 16) observa, esta organização serviu, sem dúvida, “como rampa de lançamento da China para a descoberta de novos mercados em países em vias de desenvolvimento e para o seu aprovisionamento de recursos essenciais ao seu progresso e aos seus desígnios de poder”, respondendo a várias estratégias de política interna e externa chinesa, tais como a externalização dos seus investimentos sob a sua moeda nacional – o RMB –, a internacionalização da RPC, bem como das suas empresas e infraestruturas económicas e

---

<sup>11</sup> Formalmente tida como o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, esta organização intergovernamental estabelece uma ponte direta entre Pequim e a CPLP a propósito da cooperação económica e comercial entre os Estados-membros (Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), 2020).

bancárias, a salvaguarda de uma fonte de fornecimento de petróleo – a nomeada “diplomacia do petróleo” – e a expansão da sua cultura (Gonçalves, 2009: 19-20; Demiryol, 2022).

A cooperação política também tem aumentado entre Portugal e a China, através do incremento da formação de variadas parcerias e projetos, da crescente presença de instituições governamentais em ambos territórios e das visitas estatais de alto nível<sup>12</sup> (Pereira, 2006: 68-69; Mendes, 2016: 9-10). Para além de se dirigir às questões económicas e comerciais<sup>13</sup>, este entrelaçamento político estende-se para matérias de cultura, educação e ciência, instrumentos claros de *soft power* que, na essência geopolítica e geoeconómica, vêm auxiliar a concretização dos objetivos nacionais de cada país, principalmente da China, no aumento da sua capacidade de projeção e de influência internacional. A língua portuguesa, bem como o seu ensino na China e em Macau, pavimenta imediatamente esse canal geopolítico ao veicular a intercomunicação negocial, profissional e cultural entre a RPC e a CPLP por via de instituições universitárias, como o Instituto Confúcio, a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau, e de outras organizações públicas e privadas, como o Instituto Camões e a Fundação Oriente (Rangel, 2013: 51-52; Mongiardim, 2018: 12; Silva, 2020). De igual modo, a crescente e forte presença da China no mercado internacional confere grande importância à aprendizagem do mandarim no contexto mundial, tendo consequentemente aumentado o interesse sobre o seu ensino em Portugal, visível nos Institutos Confúcio, já instalados nas Universidades do Minho, Aveiro e Lisboa, no primeiro CEA da Universidade de Aveiro e no CCCM (Mongiardim, 2018: 12).

Portugal também assistiu ao incremento do número de organizações e instituições que relembram e reavivam a história das relações luso-chinesas, por via de iniciativas de estudo científico e de divulgação sobre a China, a sua cultura política, económica e social e as suas memórias históricas com o antigo reino português, através de conferências, exposições e projetos (Souza, 2021). Assim, em ordem a “[enfrentar] também o desafio de

---

<sup>12</sup> No âmbito da assinatura do Acordo de Parceria Estratégica, o Presidente da República Jorge Sampaio e o primeiro-ministro chinês Wen Jibao fizeram uma primeira visita estatal aos seus países em 2005, após a transferência de Macau (Silva, 2020). Nos anos seguintes, José Sócrates visitou a China no início de 2007; o Presidente da República Cavaco Silva em 2014; e o primeiro-ministro português António Costa em 2016 (Silva, 2020). Do lado chinês, Hu Jintao visitou Portugal em novembro de 2010; Xi Jinping em 2014 (por uma questão técnica do respetivo voo) e 2018 para prosseguir com a possibilidade de o projeto da Nova Rota da Seda, também conhecido por “Uma Faixa, Uma Rota”, integrar o território português (Mendes, 2016; Silva, 2020).

<sup>13</sup> A inauguração do primeiro Consulado-Geral de Portugal na China, em Xangai, em 2006, bem como da delegação portuguesa na AICEP, correspondeu a finalidades primordialmente económicas, comerciais e empresariais (Mendes, 2016: 9; Agência Lusa, 2006).

resgatar ao esquecimento toda uma herança partilhada nas línguas e nas artes, nas ciências e nas culturas (...) de impacto planetário começada a nascer nos anos de 1509, 1513, 1517, 1555-1557” (Barreto, 2017: 6), a intermediar a comunicação entre os habitantes macaenses, residentes em Portugal, e a RAEM, e a reconectar com as memórias deste passado, foram criadas sucessivas associações: a Casa de Macau, fundada em 1966 (Souza, 2021); a Fundação Macau, criada em 1984 e unida com a Instituição para a Cooperação e o Desenvolvimento de Macau, em 2001; a Fundação Oriente, cujo museu e outras atividades culturais se encontram em funcionamento desde 1988; o Instituto do Oriente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, fundado em 1989 com o intuito de participar no incentivo ao estudo sobre as relações históricas entre a China e Portugal e a respetiva divulgação no país; o Centro Científico e Cultural de Macau (n.d.), um conjunto institucional formado por um museu e uma biblioteca, dedicado à investigação científica sobre matérias de relações internacionais entre a Europa e o Oriente instituído em 1995; a FCM, que promove igualmente o estudo, o conhecimento, especificamente sobre Macau, a sua história, sociedade e cultura, e a sua divulgação; e, finalmente, o Observatório da China (n.d.), associado a várias universidades, que apoia e desenvolve investigações sobre a China e Portugal com a finalidade de reforçar os laços políticos entre os mesmos, desde 2006 (Souza, 2021: 19).

Desde 1554, Pequim e Lisboa têm construído e solidificado uma relação pragmática, baseada no “mútuo benefício” e na “tolerância recíproca” (Barreto, 2018: 21), conservando os seus laços históricos, dentro do mesmo modelo relacional, até à atualidade. Por um lado, o pragmatismo político, assente nas suas relações diplomáticas, e o legado idiomático português, preservado nas memórias coletivas de Portugal e das suas ex-colónias, revelam claramente duas vantagens para a política externa chinesa. Por outro lado, a dimensão do território chinês e do seu poder nas relações internacionais revelam-se suficientes para saciar o governo português e os seus objetivos de crescimento económico e de aumento do reconhecimento do seu tecido empresarial a nível mundial. Esta relação de amizade que Lisboa e Pequim cultivam entre si foi sustentada por Macau, tida como a “plataforma de ligação da China ao mundo lusófono” que “refugia-se no papel de intermediário que os seus contornos únicos lhe permitem desempenhar” (Mendes, 2013: 44).

## **2. A Fundação Casa de Macau: origem e missão**

Como referido anteriormente, as instituições e associações macaenses e portuguesas criam uma ponte entre o passado e o presente, permitindo ao público reconectar com as memórias coletivas que Portugal e a China produziram durante a sua história e reforçando os seus laços políticos, económicos e culturais. A FCM enquadra-se explicitamente nesta função, tendo sido fruto de um legado histórico diplomático luso-chinês, cultivado e preservado dentro de um modelo pragmático, realista e amistoso.

Esta organização privada, sem fins lucrativos e detentora de personalidade jurídica, foi criada em 26 de julho de 1996 na Praça do Príncipe Real, em Lisboa, pelos seus fundadores Professor Engenheiro Luís Maria Nolasco de Guimarães Lobato, Dr. Armando Florêncio de Oliveira Hagatong, Coronel Mariano Alberto Acciaioli Tamagnini Barbosa, General Adriano Faria Lopes dos Santos, Dr. Rui Manuel Silva Gomes do Amaral, Dr. Manuel Leitão, Dr. Francisco José da Conceição Espadinha e Engenheiro Augusto José Martins. A FCM tem como objetivos assegurar o suporte às comunidades e cultura macaenses, desde a década de 90, aquando da transição de Macau para a soberania chinesa, e garantir o apoio ao estudo, conhecimento e à divulgação da região, da sua história e de respetivos projetos futuros, através do desenvolvimento de iniciativas de “caráter cultural, social, educativo, artístico e de benemerência” junto dos núcleos macaenses presentes no estrangeiro (Fundação Casa de Macau, n.d.a; n.d.b). O seu papel intermediário entre o povo macaense residente em território português e a RAEM, bem como a sua natureza pedagógica e cultural, responde ao propósito-base a que a FCM foi instituída, designadamente o de auxílio e apoio às atividades desenvolvidas pela sua instituição fundadora – a Casa de Macau em Portugal –, as quais se debruçam em “reforçar os laços de amizade e solidariedade entre os membros da comunidade macaense de matriz cultural portuguesa, aprofundar a sua ligação com as comunidades macaenses residentes em Macau e noutras partes do Mundo e fomentar a divulgação da cultura macaense em Portugal” (Casa de Macau, n.d.).

O desígnio da FCM é preenchido pela sua estrutura, que oferece ao público uma oportunidade de conhecer Macau e de indagar matérias variadas a seu respeito sob diversas formas, desde uma visão artística e poética até um sentido analítico e económico. O Centro de Documentação da FCM dedica-se à preservação e exposição de elementos figurativos e históricos, alguns recolhidos e fornecidos, outros adquiridos, por diversas entidades, que se

remetem para a história e cultura macaenses – a estátua da Deusa Kun Iam, a réplica da fachada das Ruínas de São Paulo e da estátua e gruta de Camões, por exemplo – e à gestão da sua biblioteca – a Biblioteca do Centro de Documentação da FCM –, que dispõe de várias ofertas literárias, não apenas sobre Macau, como também sobre a Ásia num todo (Fundação Casa de Macau, n.d.c).

## **2.1. Estrutura organizacional e funcional**

O funcionamento eficaz da organização, traduzido no cumprimento dos objetivos projetados dentro da mesma, provém da coordenação das diferentes funções integradas em cada órgão da Fundação, em particular o Conselho de Curadores, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Direção Executiva (Fundação Casa de Macau, n.d.a).

O Conselho de Curadores é formado por nove membros “designados entre personalidades de reconhecido mérito, integridade moral e competência” – o Presidente Dr. Jorge A. C. Hagedorn Rangel, o Dr. Rui Gomes do Amaral, o General Vasco Joaquim Rocha Vieira, a Dra. Maria Celeste Azedo Oliveira Hagatong, o General José Eduardo Garcia Leandro, o Dr. José Augusto de Alarcão Troni e o Tenente-Coronel Carlos José Algeós Ayres (Fundação Casa de Macau, n.d.a; n.d.b). Este estatuto estabelece as políticas da FCM e as orientações gerais sobre a operacionalidade da instituição e das respetivas atividades, avalia e aprova o plano anual de atividades, sugerido pelo Conselho de Administração, em conjunto com os orçamentos e investimentos a realizar, como também indica os membros dos restantes órgãos da Fundação (Fundação Casa de Macau, n.d.a).

O Conselho de Administração é composto por três a cinco membros, inclusive o Presidente deste grupo, que representam a Fundação e se responsabilizam pelas fases de elaboração e execução do plano das atividades e respetivo orçamento, após a devida aprovação, e de concretização das metas e dos objetivos da instituição. Este grupo também se encarrega pela preservação do espaço da Fundação, pela gestão do seu material e pela criação das condições necessárias para cumprir os objetivos estipulados (Fundação Casa de Macau, n.d.a). O Conselho de Administração, eleito para os próximos quatro anos de 2021-2024, é atualmente composto pelo Presidente Professor Dr. Álvaro da Rosa, e pelos Dr. Rui Madaleno e Dr. Joaquim Ng Pereira (Fundação Casa de Macau, 2020).

O Conselho Fiscal, formado por três membros efetivos – o Presidente Dr. João Novais de Paula, o Engenheiro Alexander Litvinoff Lima e a Dr. Graça Pacheco Jorge – dois suplentes – no caso atual, apenas a Dr. Joana Barros Silva –, ocupa-se da análise e avaliação das despesas, dos custos das atividades, de outros investimentos e respetivos relatórios financeiros (Fundação Casa de Macau, n.d.a; 2020).

Finalmente, a Direção Executiva remete-se a uma só pessoa que assume o papel de Diretor da Fundação, cargo atualmente ocupado pelo Dr. Mário Matos dos Santos, e que integra a dinâmica de gestão do Conselho de Administração, orienta as operações e atividades da instituição e dirige as reuniões realizadas entre os outros órgãos da mesma (Fundação Casa de Macau, n.d.a).

## **2.2. Iniciativas culturais e projetos educativos**

Durante os últimos 26 anos, para além de se servir como ponte intermediária entre Macau e os seus cidadãos que regressaram a Portugal após a sua transição para a RPC, a FCM tem desenvolvido uma variedade de atividades culturais e educativas, algumas das quais são enriquecidas com a colaboração de instituições e entidades de educação, com base na realização de tertúlias, palestras, conferências, exposições e *workshops* sobre diversos temas relativos a Macau – “Conversas sobre as Quatro Faces do Buda”, “As 8 Cores da China” e “Sumi-e, uma técnica de pintura oriental” (...). A FCM também apoia a investigação sobre Macau e, inclusive, sobre o continente asiático em vários ângulos e incentiva a produção e publicação de obras literárias e científicas, cuja apresentação decorre igualmente na instituição, tais como “Macau no Tempo Áureo do Comércio” e “Pássaros de Ferro” de Maria Helena do Carmo, “Heirs of the Bamboo: Identity and Ambivalence among the Eurasian Macanese” de Marisa Gaspar, “Seis Reitores do Liceu de Macau” de António Aresta e “Sir Fernando Pessoa e a Flor de Lótus” de Maria Antónia Jardim. Esta instituição também tem participado em eventos culturais, pelos quais se apresenta e divulga a sua essência e as suas iniciativas, tal como a Expo 98, o I Encontro dos Presidentes das Casa de Macau da Diáspora, o Mercado da Língua Portuguesa, a Feira das Culturas, entre outros (Rangel, 2022).

Já recentemente, em 2018, a FCM criou o boletim trimestral a CABAIA, pelo qual tem divulgado os vários projetos realizados em nome da instituição e informações adicionais sobre diversas temáticas relativas a Macau, sob forma de entrevistas ou artigos de opinião (Fundação Casa de Macau, n.d.d; Rangel, 2022). Ainda, em abril de 2021, foi inaugurada a primeira edição do Prémio A-Má com o intuito de “incentivar e premiar o talento e a criatividade no âmbito da divulgação e da valorização da identidade macaense, em particular na sua expressão literária” (Fundação Casa de Macau, 2021a).

Estes projetos vão ao encontro do objetivo expresso pelo Dr. Mário Matos dos Santos na entrevista com Andreia Sofia Silva (2019) – “alargar o espólio da Casa de Macau à sociedade civil portuguesa, ao meio universitário e apoiar mais iniciativas”. Nesta mesma entrevista, o Presidente da FCM ainda ambiciona criar uma “frente comum”, na qual se unam todas as instituições de preservação da identidade macaense e se conceba “um congresso para defender Macau” (Silva, 2019).

### **2.2.1. Parcerias e Protocolos**

As iniciativas da FCM são acompanhadas pelas suas parcerias estabelecidas principalmente com a Fundação Jorge Álvares e o CCCM, e ainda com outras entidades, tais como a Associação dos Amigos da Nova Rota da Seda, a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Liga dos Amigos do Museu de Macau, o Instituto Internacional de Macau, Casas de Macau da Diáspora, a Sociedade Histórica para a Independência de Portugal, a Liga dos Amigos do Jardim Botânico Tropical e o Centro Português de Fundações.

A FCM também celebra Protocolos de Cooperação com a Associação da Força Aérea Portuguesa, o Museu Automóvel do Caramulo, a EB1 São João de Deus e a Universidade de Aveiro, os quais integram o Plano de Atividades da instituição – principalmente, aquelas entidades de ensino que se dispõem como um veículo de absorção e comunicação de conhecimentos. Recentemente, em setembro de 2021, a FCM acordou com a EB1 São João de Deus, do Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre, em desenvolver o projeto “Macau: entre o Oriente e o Ocidente” que se resumiria a “complementar o programa educativo dos alunos [do 2º ano de escolaridade] com um conhecimento adicional sobre



Macau, a sua história e a sua cultura” (Fundação Casa de Macau, 2021b: 4). Este programa, com duração de 4 anos (2021-2024), teve início com uma visita aos estabelecimentos da Fundação, nomeadamente ao Centro de Documentação e à Biblioteca da FCM, onde os estudantes visualizaram um vídeo sobre a história e cultura macaense, realizaram atividades dinâmicas referentes a Macau e conheceram algumas das obras com que se iriam deparar futuramente nos seus estudos (Silva, 2021; Fundação Casa de Macau, 2021b). A difusão do ensino sobre esta região pelas crianças e pelos jovens atinge as finalidades da instituição em fazer reconhecer a excecionalidade de Macau, do seu passado, dos seus projetos futuros e a sua importância para Portugal e também para a China nas suas relações contemporâneas (Silva, 2021). Tal como João de Deus Ramos (2013: 43) comenta, “Macau é hoje China, como no fundo sempre foi; e continua a ser diferente do resto da China, como também sempre foi”.

No mesmo ano, a FCM avançou com um novo Protocolo de Cooperação junto da UA, oferecendo a estudantes oportunidades de realizar um estágio curricular na instituição, com base na investigação de um projeto de estudo e na realização de um ensaio ou artigo científico. O presente estágio foi realizado no âmbito deste acordo, sendo a primeira experiência de integração neste programa. Neste quadro, a FCM prevê ainda a criação de números de “Cadernos da Fundação”, nos quais pretendem reunir os estudos realizados sobre vários temas referentes a Macau.

### 3. Metodologia

O presente relatório de estágio apresenta um método meramente descritivo, focado na exposição da investigação realizada sobre o Projeto da Grande Baía. Este estudo insere-se num paradigma e numa metodologia de natureza qualitativa, de carácter exploratório, descritivo e causal, no qual se investiga, descreve e explica o fenómeno em questão e induz os significados associados ao mesmo, com base nas diversas interpretações e ideias produzidas por vários sujeitos sobre o objeto de estudo (Coutinho, 2011: 25-26). Este projeto de pesquisa é classificado como um estudo de caso, sobre o qual se realizou “um estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida” (Coutinho, 2011: 293) – o “caso” –, baseado primeiramente na compreensão e descrição factual do Projeto da Grande Baía e, de seguida, na análise da contribuição das potencialidades das suas cidades constituintes, bem como das estratégias e metas geopolíticas e geoeconómicas da China nesse contexto.

A primeira abordagem descritiva implicou de imediato a conceptualização do termo “metrópole mundial” de forma a compreender no que consistia o Projeto da Grande Baía, ao que se seguiu a pesquisa e a exposição plena da sua origem, evolução histórica e dos seus constituintes. Durante esta etapa, realizaram-se consultas de variadas fontes, nomeadamente primárias e secundárias, dos quais se elaborou uma breve revisão literária, apenas para facilitar a reunião e identificação da informação pertinente para o estudo, e se recolheram dados informativos, sob forma de ideias teóricas, evidências históricas, documentos oficiais e estatísticas (Coutinho, 2011: 55; 294). O ensaio científico também culminou com uma segunda fase, dirigida à análise dos dados recolhidos numa ótica realista das relações internacionais, compreendendo, por outro lado, o Projeto da Grande Baía enquanto uma marioneta das linhas fundamentais das políticas interna e externa chinesas (Coutinho, 2011). Nesta etapa, foi possível decifrar o jogo geopolítico e geoeconómico da China na Área da Grande Baía, através da análise das suas atuações políticas na região e das consequências que o desenvolvimento do Projeto poderia gerar para as partes envolvidas: a China enreda, de forma estratégica, por um acordo *win-win*, em que assegura o desenvolvimento regional daquele território e, em simultâneo, garante a concretização dos seus objetivos nacionais durante um período de tempo prolongado, respondendo essencialmente às suas pretensões geopolíticas e geoeconómicas mediante o Projeto da Grande Baía.

## **4. O estágio curricular na Fundação Casa de Macau**

O Protocolo de Cooperação estabelecido entre a FCM e a UA enriqueceu esta etapa final do curso de Mestrado em Estudos Chineses com a oferta de um estágio curricular de 1 000 horas, baseado em atividades teóricas de investigação académica e científica e sob regime de trabalho híbrido, com início em 22 de novembro de 2021 e respetiva conclusão em 6 de maio de 2022.

### **4.1. Objetivos do estágio**

No âmbito do estágio curricular, foi proposta a realização das seguintes atividades:

- O desenvolvimento de um projeto de pesquisa e estudo sobre o tema “Guangdong-Hong Kong-Macau: a triangulação do Projeto da Grande Baía”;
- A elaboração de um ensaio científico, baseado na descrição, explicação e análise do tema em questão;
- A realização da apresentação sintetizada do ensaio científico em seminário final.

### **4.2. Atividades e funções**

O estágio curricular pode ser dividido em duas fases, consoante a ordem de desenvolvimento das suas atividades, sendo a primeira relativa à pesquisa sobre a temática escolhida e à estruturação e produção escrita deste conteúdo na forma de um ensaio científico e a segunda referente à filtragem e sintetização da respetiva informação, dirigida para um contexto de apresentação oral. As tarefas desenvolvidas ao longo dos respetivos 6 meses, segundo a calendarização apresentada no cronograma da Tabela 1, foram sempre acompanhadas pela constante supervisão e colaboração da orientadora de estágio Dr. Joana Silva Barros.

| <b>Tarefas</b>               | <b>Calendarização</b> |
|------------------------------|-----------------------|
| Definição dos objetivos      | 1ª semana             |
| Visita às instalações da FCM | 1ª semana             |
| Reunião de trabalho          | 1ª semana             |
| Pesquisa bibliográfica       | 1ª a 4ª semana        |
| Revisão da bibliografia      | 5ª a 9ª semana        |
| Reunião de trabalho          | 10ª semana            |
| Desenvolvimento do trabalho  | 10ª a 18ª semana      |
| Reunião de trabalho          | 18ª semana            |
| Preparação do Seminário      | 18ª a 20ª semana      |
| Seminário final              | 21ª semana            |
| Reflexão e avaliação final   | 21ª semana            |

Tabela 1: Cronograma de desenvolvimento de tarefas na FCM

Fonte: Elaboração própria com base no cronograma apresentado no Plano de Estágio

#### **4.2.1. A Área da Grande Baía: do Delta do Rio das Pérolas ao Projeto da Grande Baía**

A primeira fase abarca de imediato a necessidade de compreensão da temática de estudo, requerendo uma pesquisa bibliográfica inicial sobre o Projeto da Grande Baía dentro dos objetivos previamente delineados para a investigação – explorar no que consiste a iniciativa e indagar sobre a contribuição das suas regiões para a mesma. Esta iniciativa refere-se, na sua base, a uma proposta chinesa de criação de uma metrópole mundial, lançada em 2017, que agrega nove cidades da província de Guangdong, a RAEM e a RAEHK (Figura 1). Os objetivos gerais, mencionados anteriormente, implicaram, em primeiro lugar, a conceptualização da natureza do termo “metrópole mundial” a qual se define, segundo Bourdeau-Lepage e Huriot (2005: 261), como uma “aglomeração geográfica onde ocorrem processos de coordenação de atividades económicas, financeiras, comerciais e científicas à escala global, sob forma de redes de interação (*network interactions*) entre cidades, instituições, empresas e outras organizações”.



Figura 1: Mapa da Área da Grande Baía  
Fonte: HKTDC Research (n.d.)

Após a definição teórica do cerne do Projeto, foi prioritário realizar o estudo sobre as características geográficas, demográficas, económicas e políticas atuais da Área da Grande Baía – local onde se desenrola o Projeto –, bem como a sua origem num ângulo histórico e o seu processo de desenvolvimento até à atualidade, quer nos termos do seu território, potencial económico e tolerância política, quer nos aspetos mais técnicos e burocráticos da sua fundação formal. O Projeto da Grande Baía manifesta-se nas nove cidades do DRP ou *Pearl River Delta* – Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai, Foshan, Huizhou, Dongguan, Zhongshan, Jiangmen e Zhaoqing, pertencentes à província de Guangdong – e nas RAEM e RAEHK, localizadas no Sul da China (Mitrašinović, 2021). O espaço da Área da Grande Baía em conjunto ocupa cerca de 56 mil quilómetros quadrados com uma população combinada de 86 milhões de habitantes e um PIB de 1,668.8 biliões de USD, registados em 2020, preenchendo os requisitos necessários de uma metrópole à escala mundial (Constitutional and Mainland Affairs Bureau, n.d.a).

Estes dados dão voz ao processo de desenvolvimento do Projeto, iniciado muito antes da sua oficialização, na década de 80 do século passado, aquando do início do período de reformas económicas na China. Naquela altura, a região conhecida antigamente como a Zona Económica do Delta do Rio das Pérolas, bem como as RAEHK e RAEM, que viriam a integrar a China em 1997 e 1999, respetivamente, já manifestavam um crescimento económico elevado, acompanhado por uma localização geográfica bastante vantajosa no

contexto do comércio mundial e por um processo de urbanização da respetiva zona, no seguimento do mandato de Deng Xiaoping e das suas políticas de abertura económica<sup>14</sup>, em 1978 (Newsgd, 2021; Hu e Chan, 2002: 68-69; Mitrašinović, 2021). Em consequência, desde esse ano, o Delta do Rio das Pérolas expressou, sucessivamente, um crescimento económico bastante acelerado e significativo, já se encontrando no percurso de desenvolvimento que a levaria a obter as condições necessárias para se transformar numa metrópole mundial (Hu e Chan, 2002: 63). Tal como demonstra a Tabela 2, o PIB desta região quase duplicou o seu valor em apenas 4 anos, aumentando de 389.969 biliões de RMB em 1995, para 643.889 RMB em 1999 (Hu e Chan, 2002: 67). Durante o mesmo período, as exportações também registaram um crescimento significativo, de 46.106 biliões de USD para 67.439 biliões de USD (Hu e Chan, 2002: 67), visível novamente na Tabela 2. Em 2006, o PIB da região já contava com 2.142,43 milhões de RMB, com as exportações a atingirem um valor de 288.75 biliões de USD (Ng, 2008: 4; 6), tal como comprova a Tabela 3. A par destes índices económicos, o DRP assistiu ainda a um crescimento demográfico acelerado e significativo, tendo a sua população triplicado entre 1978 e 2006, de 16.93 para 44.47 milhões de habitantes (Tabela 3) (Ng, 2008: 6).

O sucesso contínuo do DRP, assegurado pela manutenção das condições políticas que proporcionaram o rápido desenvolvimento da região e a sua prosperidade económica, levou a que, em 2017, Xi Jinping avançasse com o seu plano estratégico de transformar essa área numa metrópole mundial que assumisse a liderança global em matérias de inovação tecnológica e investigação científica e se dispusesse como um centro internacional financeiro, comercial, de logística, educação e cultura (The National Development and Reform Commission, People's Government of Guangdong Province, Government of the Hong Kong Special Administrative Region e Government of the Macao Special Administrative Region., 2017; Constitutional and Mainland Affairs Bureau, n.d.a; Liu, 2019). Assim, o Projeto da Grande Baía reporta a sua origem a um período muito anterior aos documentos que o oficializam, em 2017 e 2019, remarcando-se como uma “continuação dos processos históricos do lugar que produziram a geografia do DRP” (Mitrašinović, 2021: 12; Liu, 2019; Wu, 2021: 18).

---

<sup>14</sup> A modernização dos setores da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência/tecnologia e a instituição das primeiras ZEE de Shenzhen, Zhuhai e Shantou e das Cidades Costeiras Abertas e, 1980, constituíram duas medidas políticas determinantes para o desenvolvimento do DRP, dos seus serviços e da sua economia.

| Year   | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    | 1999    |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| GDP (at current price) (billion RMB)             | 389.969 | 453.385 | 522.239 | 583.308 | 643.889 |
| Gross output value of industry (billion RMB)     | 587.783 | 684.656 | 812.886 | 942.918 | 1106.59 |
| Total amount of exports (billion US\$)           | 46.106  | 53.735  | 55.045  | 66.278  | 67.439  |
| Actually utilized foreign capital (billion US\$) | 8.579   | 9.847   | 11.757  | 11.813  | 12.020  |
| Investment in fixed assets (billion RMB)         | 149.102 | 145.944 | 156.381 | 181.841 | 210.612 |

Sources: Guangdong Statistical Yearbook, 1998, 2000.

Tabela 2: Principais indicadores económicos da região do DRP

Fonte: Hu e Chan (2002)

| Indicator   | 1978               | 1991   | 2001   | 2005     | 2006     |
|---|--------------------|--------|--------|----------|----------|
| Total year-end population (million)                                   | 16.93              | 19.64  | 42.88  | 43.15    | 44.47    |
| Agricultural population with residence registration                   | 12.64              | 11.89  | 11.98  | n.a.     | n.a.     |
| GDP (Rmb billion)   | 11.92 <sup>1</sup> | 112.28 | 840.07 | 1,805.94 | 2,142.43 |
| Primary industry (Rmb billion)  | 3.07 <sup>2</sup>  | 19.03  | 44.80  | 49.88    | 51.4     |
| Secondary industry (Rmb billion)                                      | 5.40 <sup>3</sup>  | 58.63  | 415.47 | 919.6    | 1,107.29 |
| Tertiary industry (Rmb billion)                                       | 3.45 <sup>4</sup>  | 42.20  | 379.80 | 836.45   | 983.74   |
| Total fixed assets investment (Rmb billion)                           | 3.92               | 19.21  | 310.22 | 526.33   | 588.91   |
| Total retail sales of consumer goods (Rmb billion)                    | 4.81               | 30.69  | 312.01 | 579.61   | 668.19   |
| Total amount of export (USD billion)                                  | 0.57               | 9.62   | 52.02  | 227.32   | 288.75   |
| Foreign capital actually used (USD billion)                           | 0.32               | 1.01   | 14.19  | 11.33    | 13.09    |
| Government revenue (Rmb billion)                                      | 3.20               | 12.37  | 74.57  | 118.91   | 142.43   |
| Government expenditure (Rmb billion)                                  | n.a.               | 9.53   | 82.27  | 151.78   | 165.31   |
| Savings deposits by urban & rural residents at year-end (Rmb billion) | 1.19               | 76.24  | 767.06 | 1,628.75 | 1,818.73 |

Tabela 3: Principais indicadores económicos e demográficos da região do DRP

Fonte: Ng (2008)

#### **4.2.1.1. A fundação e transição formal do Delta do Rio das Pérolas para o Projeto da Grande Baía (2001-2016)**

A primeira referência oficial ao desenvolvimento económico desta zona, designada à data, por DRP, surge em 2001, através do 10º Plano Quinquenal. Nesta altura, o governo chinês, por via deste documento, priorizou o crescimento económico e a urbanização da região de forma a melhorar as condições estruturais, profissionais e sociais das respetivas comunidades, metas novamente reiteradas no próximo 11º Plano Quinquenal de 2006 (The National People’s Congress of the PRC, 2001; State Council of China, 2006). Mais tarde, em 2008, no “Outline of the Plan for the Reform and Development of the Pearl River Delta (2008-2020)”, surge uma orientação inequívoca no sentido de transformar o DRP numa metrópole mundial, por via da cooperação económica entre Guangdong, Hong Kong e Macau (The National Development and Reform Commission, 2008: 103). Entre 2015 e 2016<sup>15</sup>, o território adotou aquela que é a designação atual da região – Área da Grande Baía – sob um novo quadro de objetivos claramente delineados pelo desenvolvimento económico, pela internacionalização de mercados, pelo apoio à Nova Rota da Seda e incentivo jovem à criação de PME (Central Committee of the Communist Party of China, 2016; Liu, 2019: 38).

#### **4.2.1.2. *O Framework agreement on Deepening Guangdong-Hong Kong-Macao Cooperation in the Development of the Greater Bay Area* (2017)**

O primeiro documento oficial do Projeto da Grande Baía, dos seus objetivos e das suas estratégias é publicado em 1 de julho de 2017. Além de projetar a iniciativa, este acordo visa primeiramente a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas”, orientando a economia da região para um modelo aberto e moderno e tirando, assim, partido das

---

<sup>15</sup> Em 2015, o governo de Pequim publicou o “Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and Maritime”, no qual reforçou a sua determinação em atingir um grau aprofundado na cooperação entre a província de Guangdong, a RAEM e RAEHK de forma a ter capacidade financeira em apoiar o desenvolvimento do projeto da Nova Rota da Seda (The National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs of the PRC e Ministry of Commerce of the PRC, 2015; Liu, 2019: 38). Estes objetivos têm continuidade em 2016, na elaboração do 13º Plano Quinquenal, em que se referencia, pela primeira vez, a região do DRP enquanto a Área da Grande Baía (Central Committee of the Communist Party of China, 2016).



vantagens comparativas políticas e socioeconómicas de cada zona, em particular da autonomia e capacidade financeira e comercial das Regiões Administrativas Especiais (The National Development and Reform Commission, People's Government of Guangdong Province, Government of the Hong Kong Special Administrative Region e Government of the Macao Special Administrative Region, 2017: 2-5). Este documento também consagra a dedicação do governo chinês no desenvolvimento dos sistemas e infraestruturas de transporte, comunicação e informação – essenciais para o aumento da conectividade entre regiões –, na promoção do acesso mútuo aos mercados da China continental, Hong Kong e Macau por via do CEPA, e na melhoria da qualidade de vida da população, através de maior empregabilidade e oferta variada de serviços (The National Development and Reform Commission, People's Government of Guangdong Province, Government of the Hong Kong Special Administrative Region e Government of the Macao Special Administrative Region, 2017; Wu, 2021: 18).

#### **4.2.1.3. O *Outline Development Plan for the Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area* (2019)**

O *Outline Development Plan* de 2019 é o documento mais recente e central sobre o Projeto da Grande Baía, no qual se detalham os respetivos setores-chave do projeto em 8 capítulos (Wu, 2021). Entre os dispostos, destacam-se a inovação tecnológica, o desenvolvimento das redes de transportes e comunicação, a modernização industrial e a cooperação, quer com a Nova Rota da Seda, quer entre as três regiões de Guangdong-Hong Kong-Macau (Poon, 2019). As primeiras três áreas proporcionam um aumento da competitividade da Área da Grande Baía a nível internacional, através do domínio de matérias novas, ainda sob investigação, tais como a digitalização, a inteligência artificial e outras; a garantia de uma mobilidade mais rápida e eficaz, tanto de pessoas como de serviços, entre as regiões; e o desbloqueio de novas formas de produção industrial, inovadoras e capazes de poupar mais tempo e recursos (Poon, 2019: 9-10; Ernst & Young Global Limited, 2020: 1; 10; 16). A garantia do funcionamento fluido destes serviços, principalmente do comércio, e a uniformização dos sistemas financeiros e económicos das regiões, também mencionado neste documento, contribuem para uma coordenação mais eficaz de várias operações (Poon, 2019; Ernst & Young Global Limited, 2020). Também a educação tem um

papel importante na sofisticação técnica dos seus recursos humanos, podendo contribuir para o aumento da empregabilidade e para a melhoria da qualidade de vida na Área da Grande Baía (Poon, 2019: 36-37; Ernst & Young Global Limited, 2020: 19). Já o envolvimento das três regiões com a Nova Rota da Seda, quer no suporte financeiro, quer na interação com as suas dinâmicas comerciais, promove um alcance mais alargado e um maior acesso a outros mercados internacionais, fundamentais para estimular o crescimento económico da região (Poon, 2019: 46).

Os objetivos destacados neste documento confirmam a proposta que já vinha sendo anunciada para aquela região – a transformação e a configuração da Área da Grande Baía numa metrópole internacional com elevada capacidade de competição mundial, sendo prioritário, para isso, a sua transformação num centro internacional financeiro e industrial, de inovação e tecnologia, de logística e comércio, com elevadas taxas de empregabilidade e qualidade de vida.

#### **4.2.2. A triangulação do Projeto da Grande Baía – as cidades**

O núcleo da temática do ensaio reside na caracterização dos constituintes do Projeto da Grande Baía e na explicação da sua dinâmica, baseada na ligação triangular e complementar entre a província de Guangdong, a RAEHK e a RAEM. As suas diferentes capacidades configuram a cada região um vértice do triângulo com estatutos, funções e finalidades distintos dentro do Projeto.

##### **4.2.2.1. A província de Guangdong**

Apesar de as cidades que integram o Projeto da Grande Baía se encontrarem divididas em “cidades centrais” e “cidades auxiliares”, a província de Guangdong é fundamentalmente caracterizada pela predominância do setor secundário/industrial na sua economia e vocacionada, de um modo geral, para a exportação, a modernização industrial e a inovação tecnológica (Ernst & Young Global Limited, 2020: 3). Shenzhen, a primeira ZEE a ser estabelecida, passou de uma pequena vila de pescadores para uma cidade altamente desenvolvida, sendo hoje a sede de inúmeras empresas de alta tecnologia, como a *Foxconn*,

a *Tencent* e a *Huawei*, o que lhe tem valido o apelido de *Silicon Valley* da China (Chen e Ogan, 2017). A investigação, a inovação tecnológica e a produção de componentes eletrônicos garantem a Shenzhen, considerada “o lar do hardware” mundial, um lugar de destaque no âmbito do Projeto da Grande Baía (Chen e Ogan, 2017; Shenzhen Government Online, 2022; Constitutional and Mainland Affairs Bureau, n.d.b). Também Dongguan se evidencia pela sua capacidade de produção e exportação, sendo possível produzir ali mais de 60 mil tipos de produtos diferentes, de áreas tão distintas como o têxtil, brinquedos ou aparelhos eletrônicos, razão pela qual é hoje conhecida como a “fábrica do mundo” (Lu, 2013; HKTDC Research, 2021a). Paralelamente a isto, Dongguan tem apostado ainda na inovação científica e tecnológica, de forma a alterar o modelo de desenvolvimento da cidade, tornando-o mais sustentável, procurando passar de uma indústria de produtos de baixo custo para uma indústria de produtos com custo mais elevado (HKTDC Research, 2021a; Ernst & Young Global Limited, 2020: 3). Nesse contexto, foi ali criado um parque industrial de ciência e alta tecnologia, a Zona de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia de Songshan Lake, que rapidamente se tornou uma das principais plataformas de investigação científica e tecnológica a nível nacional e internacional (Dongguan Songshan Lake Hi-Tech Industrial Development Zone Administrative Committee, 2021). Assim, Shenzhen e Dongguan, em conjunto com Guangzhou e Foshan, formam o principal “cinturão industrial” (*industrial belt*) da província (Zeng, 2021).

Numa outra ótica, no sentido de qualificar os recursos humanos da região, tanto Dongguan, como Guangzhou, têm investido na educação para formar jovens e adultos em matérias de ciência, tecnologia, informática e robótica (o chamado “exército de talentos de ciência e tecnologia”) (Hu, 2022: 13; Plataforma Media, 2022). Neste âmbito, insere-se ainda a construção da futura Universidade da Grande Baía, que se situará em Binhaiwan, e da *Minxin Hong Kong School* de Nansha, em parceria com a Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong (Hu, 2022: 12-13).

Por último, importa ainda relevar a capacidade logística e infraestrutural de Guangdong que se distingue graças às redes de transporte de cidades como Jiangmen, Huizhou, Zhongshan, Zhuhai e Shenzhen, que interligam todas as regiões de Guangdong, cumprindo também com outros serviços logísticos e comerciais (Ernst & Young Global Limited, 2020: 3). O Porto de Huizhou – o “gateway of Easter Guangdong” –, o Porto de Shenzhen – segundo maior e mais movimentado da China, a seguir a Shanghai –, a Ponte

Hong Kong-Zhuhai-Macau, que apresenta a maior extensão do mundo sobre o mar e que, como o nome indica, liga a China Continental às Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong, os Aeroportos de Guangzhou Baiyun e de Bao'an, em Shenzhen, o terceiro maior e o terceiro mais movimentado da China, respetivamente, e a ligação ferroviária Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong – uma das mais importantes conexões no âmbito do Projeto da Grande Baía – são algumas das infraestruturas de transporte que facilitam e tornam possível o elevado grau de mobilidade na Grande Baía (Constitutional and Mainland Affairs Bureau, n.d.c; SHIPHUB, 2019; Ernst & Young Global Limited, 2020: 16-17; People's Government of Guangzhou Municipality, n.d.; Shenzhen Government Online, 2022)

#### **4.2.2.2. A Região Administrativa Especial de Hong Kong**

A Região Administrativa Especial de Hong Kong é uma cidade central e determinante para o desenvolvimento do Projeto da Grande Baía. Graças à preservação da abertura económica e social, Hong Kong tem vindo a desenvolver as suas infraestruturas e os seus serviços, para além da economia e do comércio, demarcando-se cada vez mais na esfera regional e internacional.

Hong Kong é, primeiramente, um centro financeiro internacional que disponibiliza vários serviços, desde a área do retalho e comércio até a investimentos empresariais, e que opera com diversos parceiros comerciais relevantes, desde logo com a China, mas também com Taiwan, EUA, Singapura, Coreia do Sul e Japão, entre outros (The Government of the Hong Kong Special Administrative Region, 2021; Fung, 2021).

Apresenta-se, igualmente, como um centro de logística e transporte, possuindo um dos melhores e mais movimentados aeroportos do mundo, de passageiros e bens, o Aeroporto Internacional de Hong Kong, o Porto de Victoria, cuja profundidade permite admitir navios com cargas de 249 milhões de toneladas, e o terminal de Cruzeiros Kai Tak, a partir do qual operam alguns dos maiores navios de cruzeiro do mundo (Constitutional and Mainland Affairs Bureau, n.d.d).

O desenvolvimento regional de Hong Kong, bem como o seu protagonismo e reconhecimento internacional, traduziram-se em vantagens na sua participação no Projeto

da Grande Baía, levando à atribuição de funções nesse âmbito: a consolidação do estatuto de Hong Kong enquanto um centro internacional financeiro, comercial, de transporte e aviação; o desenvolvimento de um centro internacional de inovação e tecnologia; o reforço da conectividade infraestrutural; e a captação da inovação e do empreendedorismo dos jovens (Constitutional and Mainland Affairs Bureau, n.d.d).

#### **4.2.2.3. A Região Administrativa Especial de Macau**

A Região Administrativa Especial de Macau beneficia, tal como as outras cidades, de um sistema económico aberto e liberal, assumindo-se, no âmbito do Projeto da Grande Baía, como o centro internacional de turismo e lazer, cuja função consiste em oferecer um vértice mais enriquecedor, versátil e, portanto, competitivo à metrópole mundial (Yee, 2001: xvi; Tang e Sheng, 2009: 221; Poon, 2019: 12). A sua economia foca-se, excecional e substancialmente, no turismo e no jogo, que é legal apenas em Macau, derivado do seu estatuto (Sheng e Gu, 2018: 72; Breda, 2021: 46).

O turismo em Macau é, de facto, uma peça chave para a economia, mas também para a manutenção da sua cultura tão rica e particular que continua a atrair milhões de visitas por ano (Breda, 2021: 46). Não foi por acaso que a sua riqueza cultural, ditada pela sua arquitetura histórica, obteve reconhecimento internacional, em 2005, quando o centro histórico de Macau foi nomeado Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO, facto que trouxe à região um aumento significativo de turistas (Breda, 2021: 46). No ano de 2003, contabilizou-se 11,8 milhões turistas, valor esse que aumentou para 16,6 milhões em 2004 (McCartney e Weng In, 2016: 146, 148; Breda, 2021: 47). Em 2013 quase que duplicou o valor de 2003, contando com 29,3 milhões de turistas e, em 2019, atingiu o seu pico com 39,41 milhões de visitantes<sup>16</sup> (Statista, n.d.).

A indústria de jogo identifica-se, igualmente, como o pilar atual da economia de Macau, devido ao crescimento deste serviço em resposta à sua crescente procura e ao seu consumo frequente pelo público macaense e, inclusive, estrangeiro (Breda, 2021: 47). Em 2013, mesmo depois da crise de 2008, as receitas obtidas perfaziam, no mínimo, 60% do

---

<sup>16</sup> Em 2020, Macau assiste a uma retrocessão neste valor ao diminuir drasticamente para 5,9 milhões, em consequência da pandemia da COVID-19 e das suas restrições (Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, 2021b; Statista, n.d.).

PIB da altura – 51,54 mil milhões de USD – e, em 2016, não obstante outro período de declínio, 47% deste mesmo ano – 45,07 mil milhões de USD<sup>17</sup> (Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, 2021a; Sheng e Gu, 2018: 72; Banco Mundial, n.d.). A legalização deste serviço em 2002 ofereceu também um *boost* ao setor turístico da região, pelo que “desde então, o número de visitantes chineses aumentou substancialmente, tendo vindo a superar os visitantes provenientes de Hong Kong, os quais constituíam o principal mercado” (Breda, 2021: 47).

No entanto, apesar de a indústria de jogos e o turismo serem a principal fonte de rendimento de Macau, constata-se um problema de dependência económica face a setores que são extremamente voláteis e insustentáveis a longo prazo, levando o governo a projetar planos de diversificação da economia (Hu, 2022: 2). Esta dependência tornou-se muito evidente nos últimos 2 anos de confinamento, pelo encerramento prolongado de estabelecimentos e a restrição de viagens que deixaram a economia da região numa situação difícil. Um exemplo recente desta dinâmica de diversificação é a construção de uma Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, uma ilha em Zhuhai, que procura proporcionar novos motores de desenvolvimento da economia de Macau, com base na cooperação empresarial e financeira (Hu, 2022: 2; 8-10).

Macau corresponde também a uma plataforma de interligação e cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos, característica excepcional de Macau e essencial no âmbito do Projeto da Grande Baía (Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, 2021c; Mendes, 2013). Graças ao legado português conservado na história e cultura macaense, Macau tem a capacidade de ser um interlocutor ímpar entre a China e os Países de Língua Portuguesa, entre os quais se encontram importantes mercados e parceiros chineses (Mendes, 2013: 54-56; Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, 2021c; Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), 2020). Nesse sentido, foi criado pela China o Fórum de Macau, sediado em Macau e que integra os Países de Língua Portuguesa, procurando estimular essa cooperação e promover um relacionamento saudável e contínuo entre os seus membros (Secretariado Permanente do Fórum para a

---

<sup>17</sup> Em 2020, a indústria de jogos é igualmente afetada pela pandemia da COVID-19, tendo diminuído as respetivas receitas de 37.1 mil milhões para 7.9 mil milhões de USD (Direção dos Serviços de Estatística e Censos, 2020: 1).

Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), 2020). Esta vantagem permite desta forma captar novos parceiros e negócios comerciais, desenvolvendo o Projeto da Grande Baía em si e aumentando a projeção do poder económico e da influência comercial da China à escala global.

Neste seguimento, facilmente se verifica que Macau se dispõe como uma plataforma de intercâmbio cultural entre a China e os países lusófonos que reforça a proximidade das suas relações diplomáticas, através de eventos desportivos, artísticos, gastronómicos e, inclusive, do próprio idioma pelo qual Macau se encontra unido às ex-colónias portuguesas – a língua portuguesa (Mendes, 2013). No quadro do Projeto da Grande Baía, esta proximidade cultural entre a China e a lusofonia constitui, indubitavelmente, uma condição indispensável na construção de uma base de cooperação e diálogo entre as mesmas (Governo da Região Administrativa Especial de Macau, n.d.).

#### **4.2.3. Uma marca das políticas interna e externa chinesas**

A caracterização do Projeto da Grande Baía com base nos seus elementos naturais, a descrição da sua evolução em termos de desenvolvimento ao longo da história e a identificação dos seus constituintes e respetivas competências concebem a noção da sua potencialidade na economia nacional e no comércio mundial, oferecendo *insights* sobre as motivações que erguem a sua existência e as suas finalidades. Esta iniciativa é, no fundo, um espelho das metas das políticas interna e externa chinesas, reativas à conjuntura socioeconómica negativa daquela época, na qual a China atravessou dificuldades e estimuladas por uma maior projeção internacional através de mecanismos de *soft* e *hard power* (Yu, 2021: 489). As estratégias geopolíticas e geoeconómicas chinesas que se desenvolvem em torno do Projeto da Grande Baía são uma das matérias de foco submetidas a análise neste ensaio para compreender o nível de alcance e a importância desta iniciativa no contexto nacional e global.

A primeira razão pela qual a China se impulsionou a apostar no Projeto da Grande Baía foi a necessidade de aumento das receitas, provenientes da integração económica e comercial das suas regiões, de forma a recuperar dos efeitos negativos do protecionismo global, concebidos pela administração Trump em 2016, e a projetar a sua competitividade

no contexto regional e internacional (Liu, 2019: 47-48). O incremento dos movimentos comerciais com base no consumo de bens e serviços, bem como dos investimentos e dos negócios criados, igualizaram naturalmente o crescimento económico que a RPC necessitava para fazer face às contrariedades domésticas – o envelhecimento populacional, a diminuição da produtividade, o alto nível de desemprego e a falta de mão de obra qualificada – e à conjuntura internacional, desfavorável à economia de mercado (Yu, 2021: 483; 489; Liu, 2019: 48).

Para além da integração económica das suas regiões, o Projeto da Grande Baía detém uma miríade de parceiros comerciais e financeiros<sup>18</sup>, com os quais a RPC pode iniciar e/ou aprofundar as suas relações comerciais e explorar novos mercados e investimentos, contando principalmente com Hong Kong, o centro financeiro internacional mais movimentado do mundo, e Macau, a única ponte entre a China e os países da CPLP que permite avivar a presença económica chinesa no continente africano, através da Nova Rota da Seda, e aumentar a sua competitividade comercial. A exclusividade relacional entre a RAEM e Portugal, procedente da sua história desde o século XVI, também alimentou o propósito da RPC em desenvolver o Projeto da Grande Baía.

A China ainda inseriu esta iniciativa como um meio de promoção e auxílio financeiro e estrutural à Nova Rota da Seda, a pedra angular da economia e política externa chinesas (Liu, 2019: 43). Para além da expansão das suas redes e infraestruturas de transporte e comunicação, o crescimento económico gerado pelas regiões da Área da Grande Baía reflete grandes vantagens nesse sentido (Liu, 2019): só o investimento proveniente da província de Guangdong contabiliza cerca de 10% do IDE chinês, uma contribuição financeira bastante prestável à Nova Rota da Seda (Liu, 2019: 43). De igual forma, os serviços financeiros de Hong Kong estimulam os investimentos, a expansão da moeda e do mercado chineses e as suas relações comerciais com outros países, representando um auxílio significativo à mesma.

O Projeto da Grande Baía também pronuncia as pretensões geopolíticas da China, cravadas na sua política externa e sustentadas naturalmente pela estabilidade e robustez económica do país: a projeção regional e internacional do seu poder económico e político, o protagonismo diplomático e militar a nível mundial, a sua inserção nos assuntos globais, a

---

<sup>18</sup> A localização da Área da Grande Baía, próxima ao Mar do Sul da China, é o ponto de captação e interligação de novos parceiros comerciais originários na Ásia do Sul, da Costa Oriental Africana e do Mar Mediterrâneo por canais marítimos e portos (Liu, 2019: 43; Yu, 2021: 489).



segurança energética e o rejuvenescimento da nação chinesa (Junqueira, 2019: 8; Demiryol, 2022: 2-3; 7). Este “jogo” geopolítico da RPC torna evidente as respetivas estratégias desenroladas no âmbito do Projeto da Grande Baía.

A “integração” económica e, em particular, política de Hong Kong e Macau na RPC é uma das operações conduzidas pela iniciativa, que procura responder às linhas fundamentais da política externa chinesa, anteriormente referidas (Wong e Xiao, 2018; Liu, 2019: 42). Segundo Wong e Xiao (2018: 413-415), esta integração identifica-se como um processo de absorção, no qual o governo central chinês tomou sempre controlo sobre a soberania das Regiões Administrativas, desde a sua transferência e incorporação na China no final do século XX. Wong e Xiao (2018: 413-415) explicam que a autonomia política, e mesmo económica, da RAEHK e RAEM nunca lhes foi atribuída na sua totalidade, tendo sido essencialmente condicionada pela manipulação dos respetivos sistemas legislativo, judiciário e executivo, das suas instituições e da sua economia por parte da RPC. Os órgãos de governo são nomeados e eleitos pelo governo central chinês; a constitucionalidade do quadro legal e jurídico das regiões encontra-se dependente da aprovação do Congresso Nacional Popular da China; os membros do PCC interferem discretamente nos processos de tomada de decisão política; as políticas públicas são empreendidas numa ótica de estabilidade sociopolítica, de preservação da soberania chinesa e de eliminação de qualquer tipo de ameaça à mesma, como indica o Artigo 23º da Lei Básica; e a economia das Regiões Administrativas, bem como o seu desenvolvimento, encontra-se altamente dependente da China<sup>19</sup> (Wong e Xiao, 2018: 413-415; Yu, 2021: 488; Amnistia Internacional, 2020). A gravidade desta situação foi crescendo em particular para Hong Kong, quando observou a China – o seu principal parceiro económico, do qual se encontra dependente – a compor progressivamente a sua independência face a esta região, ao ganhar protagonismo no

---

<sup>19</sup> Esta dependência económica da RPC é notável nos acordos económicos regionais, administrados pelo governo central chinês, designadamente a Nova Rota da Seda, o Projeto da Grande Baía e o CEPA, por exemplo, e noutros índices económicos e comerciais das Regiões Administrativas, tais como os movimentos de importação-exportação, o turismo e o IDE (Wong e Xiao, 2018: 412; 415; Liu, 2019; Yu, 2021: 488). A RPC é o primeiro e principal parceiro comercial de Hong Kong, perfazendo metade do valor das suas importações e exportações, respetivamente 45,73% e 55,25% em 2019 (World Integrated Trade Solution, n.d.a). Já em Macau, a China pronuncia-se com maior peso nas importações, cerca de 33% das mesmas em 2019 (World Integrated Trade Solution, n.d.b). O setor turístico de ambas regiões, contudo, são igualmente determinadas por um forte peso de turistas da China Continental, como registado em 2021 – 65,7% em Hong Kong, 91% em Macau (Blazyte, 2022a, 2022b). Por fim, a dependência ao investimento direto interno e externo chinês é unicamente evidente na RAEHK, dirigindo 56% do mesmo à China e recebendo 55,7% desta última (Poon, 2022).

comércio global e a satisfazer as suas necessidades nesse contexto (Wong e Xiao, 2022: 415). Wong e Xiao (2022: 415) indicam que esta vulnerabilidade económica reforça a dependência política das Regiões Administrativas à RPC.

No âmbito da Nova Rota da Seda, o Projeto da Grande Baía fomenta relações de interdependência assimétrica, através da externalização de investimentos aos respetivos Estados-membros – principalmente aos do Sudeste Asiático e do continente africano –, do recurso às suas instituições financeiras – o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura – e da internacionalização da moeda RMB (Demiryol, 2022: 13-14). Ainda que o governo central chinês expresse que não parte da sua intenção endividar os seus parceiros para obter proveitos políticos disso, o processo decorre naturalmente pela assimetria presente nas relações de dependência entre os mesmos e pelo custo que envolve (Demiryol, 2022: 14-15): as capacidades financeiras e institucionais são evidentemente distintas entre o credor e o devedor, conferindo níveis de risco e poder assimétricos aos mesmos. Facilmente, a RPC toma controlo sobre ativos económicos e ganha concessões políticas destes países maioritariamente em vias de desenvolvimento, tal como se sucedeu no Sri Lanka, no Paquistão, na Malásia e no Djibouti, respondendo às suas ambições geopolíticas de segurança energética, de internacionalização da sua moeda e das suas instituições financeiras e comerciais e de projeção internacional (Demiryol, 2022: 2-3; 7; 10; 13-14).

Em suma, a emergência de políticas protecionistas na economia global e o rápido desenvolvimento socioeconómico do DRP levou a RPC a incluir o Projeto da Grande Baía nas linhas fundamentais das suas políticas interna e externa, retaliando contra os obstáculos que a conjuntura nacional e a globalização provocaram dentro do território e atendendo, de forma assertiva, às estratégias geoeconómicas e geopolíticas chinesas no contexto internacional (Yu, 2016: 4; Yu, 2021: 484; 489-490; Liu, 2019: 43-44). “Matar dois coelhos de uma cajadada só” é o provérbio português que mais ilustra este pragmatismo chinês, pelo que o desenvolvimento do Projeto da Grande Baía responde a dois propósitos: assegurar uma fonte de investimento e rendimento que recupere e estimule a sua economia doméstica, abatida pelo protecionismo económico global, e aumentar a sua projeção internacional através de mecanismos de *soft power* e *hard power* (Yu, 2021: 489).

#### 4.2.4. As funções do Projeto da Grande Baía

A análise das motivações por detrás do desenvolvimento do Projeto da Grande Baía, explicadas na secção anterior, permite deduzir e sintetizar as principais funções desta iniciativa no contexto nacional chinês e no panorama internacional.

O Projeto dispõe-se, primeiramente, como um “motor” de impulsão, capaz de arrastar a China para um nível de desenvolvimento mais elevado. Desde o início do período de reformas no país, a Área da Grande Baía tem conduzido os índices socioeconómicos chineses para valores elevados e incomparáveis, capacitando o governo de Pequim a atuar à escala regional e global com mais poderio económico e influência política.

Como referido também anteriormente, o Projeto da Grande Baía é, sem dúvida, um corpo intermediário que estimula a integração política e económica dos territórios de Hong Kong e Macau na RPC através da cooperação com a China Continental, incentivando o desenvolvimento de ambos e preservando, em simultâneo, a estabilidade e a prosperidade nessas regiões.

O seu papel ainda se estende ao auxílio de outros projetos nacionais da China, designadamente a Nova Rota da Seda, para a qual serve como um instrumento de mobilização de recursos financeiros e económicos. As instituições e os serviços comerciais das regiões da Área da Grande Baía e o seu elevado grau de desenvolvimento permitem ao Projeto funcionar como um importante pilar de apoio à Nova Rota da Seda, através da comunicação que estabelece entre o mercado interno e externo da China e da criação de recursos indispensáveis para o desenvolvimento dessa iniciativa e do posicionamento da China entre os grandes *players* internacionais de inovação e tecnologia.

Por fim, o Projeto dispõe-se como uma plataforma pela qual a China pode gerir a sua ação política a nível regional com base no equilíbrio entre as normas e regras do sistema internacional e uma “abordagem chinesa” às mesmas. Assim, enquanto elementos do Projeto da Grande Baía, Hong Kong e Macau funcionam como zonas de equilíbrio entre ambientes de maior abertura ao exterior e uma abordagem chinesa mais fechada, possibilitando que se proceda a testes de *stress* nestes territórios.

#### **4.2.5. Conclusão: a polivalência do Projeto da Grande Baía**

O estudo previamente realizado sobre o Projeto da Grande Baía, a sua evolução histórica em termos de desenvolvimento, os seus constituintes e as suas motivações e finalidades permitiu arrecadar um conjunto de ideias conclusivas, com base na análise da informação, sobre a respetiva temática. Para além de se dirigir ao resumo da matéria estudada ao longo do ensaio científico, este tópico encarrega-se da exposição e explicação das conclusões retiradas desta investigação.

Em suma, o Projeto da Grande Baía consiste na triangulação e cooperação entre Guangdong, a RAEHK e RAEM, procurando otimizar as vantagens de cada vértice da região, com o intuito de transformá-la numa metrópole mundial que possa assumir a liderança global em matéria de tecnologia e inovação, finanças, comércio e logística. Apesar de formalmente ser recente, esta iniciativa pode e deve ser compreendida através de uma lógica histórica e contínua no tempo, já que se encontra a ser desenvolvida desde os primórdios da década de 80, identificando-se, por isso, como uma continuação dos processos históricos de desenvolvimento do DRP.

Além de denunciar uma dedicação primordial ao desenvolvimento regional, a evolução do projeto traduz-se claramente em proposições de política interna e externa da China, entre as quais é possível depreender uma interligação. Na esfera nacional, o Projeto da Grande Baía é um importante motor do crescimento económico chinês, capaz de auxiliar outras iniciativas – em particular, a Nova Rota da Seda – e de proporcionar estabilidade política e social. Estes proveitos internos podem aumentar a competitividade global de empresas chinesas, angariar novos parceiros comerciais e elevar a China a um patamar superior no que respeita ao desenvolvimento tecnológico e à sua posição nas cadeias globais de indústria, ampliando, assim, a projeção do poder económico chinês e dilatando também a sua influência política. As iniciativas anteriores de desenvolvimento desta região, que antecederam e criaram as bases do Projeto da Grande Baía, estavam mais focadas em impulsionar o desenvolvimento regional e a cooperação com o continente. A iniciativa proposta atualmente para a Área da Grande Baía, por outro lado, enfatiza os vínculos externos e o seu posicionamento num lugar de liderança global, aproveitando a geografia da região, a sua localização, a gestão eficiente dos seus recursos, a sua arquitetura económica

mais aberta e as comunicações e redes de logística internacionais que apoiem o alcance económico internacional da China.

O foco dual da RPC no desenvolvimento regional do antigo Delta do Rio das Pérolas e, em simultâneo, na execução das suas estratégias políticas e económicas leva a classificar o Projeto da Grande Baía como que um canivete suíço, cuja capacidade e amplitude de resposta é extensa ao concretizar vários objetivos, quer no plano nacional, quer no plano internacional, que vão ao encontro das metas da iniciativa em si e das linhas fundamentais da política interna e externa chinesa.

#### **4.2.6. Seminário “Guangdong-Hong Kong-Macau: a triangulação do Projeto da Grande Baía”**

A conclusão do estágio curricular culminou com a apresentação oral, em seminário final, da temática do Projeto da Grande Baía no Centro de Documentação da FCM, com a presença do Presidente Dr. Mário Matos dos Santos, do Prof. Dr. Álvaro Augusto da Rosa e da orientadora de estágio Dra. Joana Barros Silva e com o contributo pedagógico do Dr. Prof. Jorge Tavares da Silva, da Prof. Fernanda Ilhéu e da Dra. Sara Medina. Após a abertura pelo Dr. Mário dos Santos e o Prof. Álvaro Rosa, o Seminário organizou-se ordenadamente pela apresentação do Projeto da Grande Baía, por uma abordagem sobre os desafios da iniciativa pelo Prof. Jorge da Silva, por uma reflexão sobre o Projeto de Cooperação Aprofundada de Hengqin entre Guangdong e Macau pela Prof. Fernanda Ilhéu e, por fim, pelo enquadramento de Macau na Sociedade Portuguesa de Inovação pela Dra. Sara Medina.

Limitada a 30 minutos de oralidade, esta apresentação implicou a seleção da informação mais central, consolidada no ensaio científico, e da sua sintetização, com o objetivo de levar o leitor a compreender o Projeto da Grande Baía num pouco espaço de tempo. O conteúdo exposto neste período também se complementou com informações adicionais, provenientes das análises e das investigações dos professores mencionados anteriormente.

## 5. Considerações finais

O presente relatório de estágio procurou expor as atividades desenvolvidas na FCM, retratando a instituição como uma ponte institucional entre o passado, o presente e o futuro das relações históricas luso-chinesas, estabelecidas por intermédio de Macau, a atual plataforma de interligação entre a RPC e o mundo lusófono. A fundamentação desta premissa passa pela introdução e pelo enquadramento da origem da instituição, inserida nas relações históricas luso-chinesas, desenvolvidas desde o século XVI, seguindo-se a apresentação da mesma e das suas iniciativas que estabelecem essa interligação, das quais é de salientar o projeto de pesquisa realizado nesse âmbito – “Guangdong-Hong Kong-Macau: a triangulação do Projeto da Grande Baía”.

Apesar de os laços diplomáticos entre os ambos países terem vagueado frequentemente entre uma confiança pacífica e uma desavença feroz ao longo do tempo, o Império do Meio e o reino português geriram as suas adversidades antepondo o pragmatismo político e económico ao antagonismo cultural, presente nos seus hábitos sociais e protocolos políticos. Esta gestão política resultou na coexistência e “miscigenação” das comunidades portuguesas e chinesas em Macau, território estrategicamente “entregue” aos navegantes e comerciantes lusófonos de forma a dinamizar a economia e o comércio local com a China até à data das crescentes contestações políticas sobre a sua presença no século XIX. Em conjugação com outros fatores, foi conseqüentemente acordado um período de negociações para abordar a questão de Macau e a sua transferência para a soberania chinesa, processo que veio a ser concluído apenas em 19 de dezembro de 1999, devido a matérias políticas e burocráticas. Apesar de representar um divórcio entre Macau e Portugal, esta data marcou uma nova era para ambas regiões, cuja relação contemporânea continuou unida pelos seus laços históricos e culturais, inseridos num quadro pragmático, realista e amistoso. Uma das conseqüências resultantes desta história, que apresenta uma grande relevância no âmbito do presente relatório de estágio, é designadamente a criação da FCM, em 1996, com sede em Lisboa, que marca a continuidade temporal das relações luso-chinesas através da sua missão de representação da identidade macaense em Portugal e das suas iniciativas pedagógicas e culturais.

O programa de estágios curriculares da FCM reflete um dos projetos desenvolvidos pela instituição, através do qual se realizou o ensaio científico, abordado neste documento,

e a sua apresentação, em seminário final, em torno do Projeto da Grande Baía, uma temática recente que interliga igualmente o passado das relações luso-chinesas com o seu presente e futuro. Este Projeto refere-se, resumidamente, a uma proposta chinesa de criação de uma metrópole mundial, lançada em 2017, que agrega a província de Guangdong e as RAEHK e RAEM, reconhecidas pela sua zona económica bastante aberta e desenvolvida na China. Anteriormente conhecida como o DRP, a Área da Grande Baía manifestou o seu potencial económico, desde cedo, na década de 1980, devido à sua localização próxima do mar e às políticas de abertura económica, modernização e urbanização da China, incentivando o governo chinês a reaproveitar as suas capacidades, no plano do seu desenvolvimento regional e nacional. Para além de cumprir com metas de política interna do país, esta iniciativa identifica-se, sem dúvida, com as linhas fundamentais da política externa chinesa, respondendo aos seus objetivos nacionais e manifestando estratégias geopolíticas e geoeconómicas que concretizem os mesmos, principalmente no âmbito da Nova Rota da Seda.

No decorrer do estágio curricular, registou-se um ciclo de desafios a respeito da temática do Projeto da Grande Baía, assim como do método de realização do ensaio científico, da gestão da informação disponível e do tempo de execução das tarefas dentro do seu prazo, tendo deste resultado sucessivas aprendizagens relevantes para a formação de Mestrado em Estudos Chineses, sob acompanhamento da orientadora de estágio Dr. Joana Silva.

A abordagem do Projeto da Grande Baía identificou-se, desde logo, como um dos desafios mais centrais e predominantes durante todo o percurso de estágio, devido à sua recém-chegada ao mundo académico e às suas naturezas idiomática e política chinesas. Este conjunto de fatores determinou um nível de escassez bibliográfica elevado pela inexistência de informação, pelas barreiras linguísticas presentes na documentação existente e pelas motivações políticas das respetivas entidades, que distorciam e omitiam a fidedignidade dos dados. Em resposta a estas adversidades, o processo de pesquisa e recolha de informação ia sendo exaustivamente realizado através de várias plataformas académicas, jornalísticas, institucionais e, inclusive, governamentais, em diversas línguas estrangeiras – principalmente pela língua inglesa –, com a especial e incansável colaboração da Dr. Joana Silva que participou no mesmo procedimento, fornecendo, de igual forma, bibliografia central e complementar sobre o tema. Já relativamente à distorção da informação, decidiu-

se expor esse desencontro entre os dados apresentados pelas diferentes entidades de modo a informar o leitor da totalidade das hipóteses investigadas.

A esta dificuldade de gerir a insuficiência bibliográfica, junto da manipulação política dos dados, somou-se outro desafio, referente à seleção, sintetização e estruturação da informação disponível que, apesar de ser reduzida, abrangia conhecimentos gerais e detalhados sobre o Projeto da Grande Baía, centrais para a explicação da iniciativa. Estes fatores transtornaram, em certa parte, o cumprimento das tarefas dentro do seu prazo, implicando novamente o auxílio da Dr. Joana Silva no processo. A orientadora de estágio teria notado ainda a falta de uma abordagem analítica, expectável na apresentação do estudo de caso, ilustrando e exemplificando formas de análise de informação, sob várias lentes teóricas. O acompanhamento crítico realizado pela Dr. Joana Silva foi, sem dúvida, indispensável para o sucesso deste ensaio científico.

Graças a estas circunstâncias e dificuldades, foi possível arrecadar conhecimentos adicionais sobre questões técnicas, sobre métodos de gestão emocional e de tempo e naturalmente sobre a China e as suas iniciativas de desenvolvimento regional e projeção internacional, oferecendo a oportunidade de desenvolver mais experiência e maturidade para lidar com ocasiões semelhantes no futuro. O uso de programas de referenciação bibliográfica, a estruturação, simplificação e sintetização da informação, a aceitação do processo natural, de “vaivém” e de alteração constante, de produção escrita, a definição semanal das metas e dos objetivos a atingir e a investigação resiliente por diversas plataformas informativas e oficiais constituíram umas das principais aprendizagens retiradas deste estágio curricular, para além do Projeto da Grande Baía e do seu país criador, a RPC.

O estudo desta iniciativa multifacetada ainda permitiu complementar os conhecimentos lecionados e adquiridos ao longo dos dois anos letivos no Mestrado em Estudos Chineses, informando sobre os objetivos nacionais e as pretensões geopolíticas e geoeconómicas atuais da China, sobre os seus projetos, pelos quais leva a cabo os seus planos de políticas interna e externa, designadamente a Nova Rota da Seda e o Projeto da Grande Baía, a importância das regiões que integram este último enquanto um motor de desenvolvimento interno da China e, em simultâneo, um instrumento de projeção de poder económico e político a nível internacional, e a sua extensa capacidade e amplitude de resposta às várias metas assinaladas a nível regional, nacional e internacional. Este estudo



proporcionou, assim, conhecimentos adicionais sobre as cidades participantes no Projeto da Grande Baía, especialmente sobre Macau, cujas competências políticas e económicas são alvo de um menosprezo geral e desinformado no mundo académico. O seu estatuto político de Região Administrativa Especial, a sua riqueza sociocultural e o vínculo diplomático que estabelece com a CPLP, oriundo da sua história de meio milénio compartilhada com Portugal, compõem os trunfos de Macau no jogo geopolítico e geoeconómico chinês: a expansão das redes comerciais chinesas pelo aprofundamento da sua relação com a CPLP, a sua penetração nos mercados africano e, inclusive, europeu e o aumento e a canalização das receitas para o apoio ao desenvolvimento interno da China e do seu projeto megalómano da Nova Rota da Seda. Deste modo, esta investigação permitiu desvendar a importância de Macau no contexto nacional chinês e, inclusive, no palco internacional, reforçando a necessidade extrema de estudar esta região e divulgar as suas potencialidades entre as plataformas académicas.

Apesar do estágio curricular ter suscitado desafios de vários tipos, os seus objetivos, bem como os do ensaio científico, foram cumpridos com sucesso, dentro do prazo estipulado. Durante este período, os obstáculos ocorrentes transformaram-se em oportunidades didáticas, cultivando consequentemente aprendizagens de diversos géneros, desde técnicas e teóricas, até emocionais e pessoais. A componente prática, inserida na natureza do estágio, desabrochou maior maturidade na compreensão e análise dos fenómenos políticos e económicos relativos à China e na gestão resiliente e metódica da realização das tarefas, tendo uma elevada relevância no âmbito do Mestrado em Estudos Chineses e na construção pessoal e mental do estudante.

## 6. Referências bibliográficas

- Agência Lusa. (2006, setembro 21). *Portugal inaugurou Consulado-Geral em Xangai*. RTP. [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-inaugurou-consulado-geral-em-xangai\\_n131436](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-inaugurou-consulado-geral-em-xangai_n131436) Consultado em 21 de setembro de 2022.
- Amnistia Internacional. (2020, julho 17). *Hong Kong's national security law: 10 things you need to know*. Amnesty International. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/07/hong-kong-national-security-law-10-things-you-need-to-know/> Consultado em 13 de abril de 2022.
- Banco Mundial. (n.d.). *GDP (current US\$) – Macao SAR, China | Data*. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=MO> Consultado em 27 de abril de 2022.
- Barreto, L. F. (2017). Portugal – China: Padrões de um Relacionamento Multissecular. *Revista Militar*, 2590, 973–979.
- Barreto, L. F. (2018). Portugal-China a distância que aproxima. Em C. Morais, C. Cuicui, A. M. Ferreira, M. F. Brasete, R. Mai & R. L. Coimbra (Eds.), *Diálogos Interculturais Portugal-China* (1ª ed., pp. 13–38). Universidade de Aveiro. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44984/1/2018\\_LF\\_Barreto\\_Portugal-China%20a%20distância%20que%20aproxima.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44984/1/2018_LF_Barreto_Portugal-China%20a%20distância%20que%20aproxima.pdf)
- Blazyte, A. (2022a, fevereiro 16). *Hong Kong: Visitor arrivals by region of origin 2021*. Statista. <https://www.statista.com/statistics/318822/hong-kong-visitor-arrivals-by-origin/> Consultado em 22 de maio de 2022.
- Blazyte, A. (2022b, março 31). *Macao: Leading tourism source markets 2021*. Statista. <https://www.statista.com/statistics/662204/macao-top-ten-visitor-source-markets/> Consultado em 23 de maio de 2022.

- Bourdeau-Lepage, L., & Huriot, J.-M. (2005). The metropolis in retrospect From the trading metropolis to the global metropolis. *Recherches Économiques de Louvain*, 71(3), 257–284. <https://doi.org/10.3917/rel.713.0257>
- Breda, Z. (2021). Macau: Um destino multifacetado e multicultural. *Fénix: Revista dos Amigos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro*, 46–49. <https://doi.org/10.34624/FENIX.V0I1.26722>
- Casa de Macau. (n.d.). *Estatutos e Regulamentos – Casa de Macau de Portugal*. [https://casademacau.pt/?page\\_id=1144](https://casademacau.pt/?page_id=1144) Consultado em 29 de setembro de 2022.
- Centro Científico e Cultural de Macau. (n.d.). *Investigação—CCCM*. <https://www.cccm.gov.pt/investigacao/> Consultado em 24 de setembro de 2022.
- Central Committee of the Communist Party of China. (2016). *The 13th Five-Year Plan For Economic and Social Development of the People’s Republic of China (2016-2020)*. Central Compilation & Translation Bureau. <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>
- Chen, X., & Ogan, T. L. (2017). China’s Emerging Silicon Valley: How and Why Has Shenzhen Become a Global Innovation Centre. *The European Financial Review*, 55–62.
- Constitutional and Mainland Affairs Bureau. (n.d.a). *Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area – Overview*. Greater Bay Area. <https://www.bayarea.gov.hk/en/about/overview.html> Consultado em 2 de março de 2022.
- Constitutional and Mainland Affairs Bureau. (n.d.b). *Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area – Map (Shenzhen)*. Greater Bay Area. <https://www.bayarea.gov.hk/en/about/shenzhen.html> Consultado em 8 de abril de 2022.

Constitutional and Mainland Affairs Bureau. (n.d.c). *Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area – Map (Huizhou)*. Greater Bay Area. <https://www.bayarea.gov.hk/en/about/huizhou.html> Consultado em 26 de abril de 2022.

Constitutional and Mainland Affairs Bureau. (n.d.d). *Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area – Map (Hong Kong)*. Greater Bay Area. <https://www.bayarea.gov.hk/en/about/hongkong.html> Consultado em 12 de abril de 2022.

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas—Teoria e Prática*. (2ª ed). Edições Almedina.

Demiryol, T. (2022). Between Geopolitics and Development: The Belt and Road Initiative and the Limits of Capital Accumulation in China. *China Report*, 58(4), 1–21. <https://doi.org/10.1177/000944552211080313>

Dongguan Songshan Lake Hi-Tech Industrial Development Zone Administrative Committee. (2021, outubro 8). *An Introduction to Dongguan Songshan Lake Hi-Tech Industrial Development Zone\_Introduction*. [http://ssl.dg.gov.cn/ywb/aboutssl/introduction/content/post\\_3627544.html](http://ssl.dg.gov.cn/ywb/aboutssl/introduction/content/post_3627544.html) Consultado em 25 de abril de 2022.

Direção dos Serviços de Estatística e Censos. (2020). *Gaming Sector Survey*. [https://www.dsec.gov.mo/getAttachment/46c710c9-63e4-4e91-80de-f46bf1b7428a/E\\_JOG\\_FR\\_2020\\_Y.aspx](https://www.dsec.gov.mo/getAttachment/46c710c9-63e4-4e91-80de-f46bf1b7428a/E_JOG_FR_2020_Y.aspx) Consultado em 29 de abril de 2022.

Ernst & Young Global Limited. (2020). *Guangdong-Hong Kong-Macau Greater Bay Area – From connectivity to integration*. [https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/en\\_cn/topics/china-opportunities/ey-guangdong-hong-kong-macau-greater-bay-area-from-connectivity-to-integration-en-20200323.pdf?download](https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/en_cn/topics/china-opportunities/ey-guangdong-hong-kong-macau-greater-bay-area-from-connectivity-to-integration-en-20200323.pdf?download)

Fundação Casa de Macau. (2020, março). 2020. O fim do ano. *CABAIA*, (10), 1-7.

Fundação Casa de Macau. (2021a, março). O Ano do Boi. *CABAIA*, (11), 1-8.

Fundação Casa de Macau. (2021b, dezembro). Macau na Escola. *CABAIA*, (13), 1-10.

Fundação Casa de Macau. (n.d.a). *Estatutos*. <https://www.fundacaocasamacau.pt/estatutos>  
Consultado em 29 de setembro de 2022.

Fundação Casa de Macau. (n.d.b). *Órgãos Sociais*.  
<https://www.fundacaocasamacau.pt/funda%C3%A7%C3%A3o> Consultado em 3 de outubro de 2022.

Fundação Casa de Macau. (n.d.c). *Centro de Documentação | Fundação Casa de Macau*.  
<https://www.fundacaocasamacau.pt/centro-de-documenta%C3%A7%C3%A3o>  
Consultado em 3 de outubro de 2022.

Fundação Casa de Macau. (n.d.d). *CABAIA*. <https://www.fundacaocasamacau.pt/cabaia>  
Consultado em 2 de outubro de 2022.

Fernandes, M. S. (1997). O comportamento português perante a transição política e a integração regional de Macau na Região do Rio das Pérolas. *Administração*, 10(36), 529–542.

Fernandes, M. (2008). Macau nas relações sino-portuguesas, 1949-1979. *Portuguese Studies Review*, 16(1), 153–170.

Fernandes, M. S. (2018). Uma relação assimétrica: A ata das conversações sobre a questão de Macau era uma exigência imperativa chinesa para a normalização das relações com Portugal em 1979. *Relações Internacionais*, (60), 141–157.  
<https://doi.org/10.23906/ri2018.60a08>

Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. (2020, setembro 1). *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)—Forum Macao | 中葡論*

- 壇 / 中葡论坛 / *Fórum de Macau*. <https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/forum-de-macau/> Consultado em 18 de setembro de 2022.
- Fung, D. (2021, fevereiro 19). *Financial Services Industry in Hong Kong*. HKTDC Research. <https://research.hktdc.com/en/article/MzEzOTI4MDY3> Consultado em 15 de abril de 2022.
- Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM. (2021a). *Economia*. <https://www.gcs.gov.mo/factSheet/pt?0> Consultado em 30 de abril de 2022.
- Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM. (2021b). *Turismo*. <https://www.gcs.gov.mo/factSheet/pt?0> Consultado em 30 de abril de 2022.
- Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM. (2021c). *Relações Externas*. <https://www.gcs.gov.mo/factSheet/pt?0> Consultado em 29 de abril de 2022.
- Gonçalves, A. M. A. (2009). As relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a República Popular da China, mediadas por Macau. *SSRN*, 1–24. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1423726>
- Governo da Região Administrativa Especial de Macau. (n.d.). *A RAEM participa do «Plano de desenvolvimento da região metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau»*. <https://www.gce.gov.mo/bayarea/main.aspx?l=pt> Consultado em 30 de abril de 2022.
- Governo da República Portuguesa & República Popular da China. (1987, dezembro 11). *Declaração Conjunta e seus anexos I e II sobre a Questão de Macau*. <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar25-1987.pdf> Consultado em 11 de setembro de 2022.
- HKTDC Research. (2021a, outubro 7). *Dongguan (Guangdong) City Information*. HKTDC Research. <https://research.hktdc.com/en/data-and-profiles/mcpc/provinces/guangdong/dongguan> Consultado em 25 de abril de 2022.

- HKTDC Research. (n.d.). *Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area*. HKTDC Research. <https://research.hktdc.com/en/article/MzYzMDE1ODI0> Consultado em 28 de setembro de 2022.
- Hu, R. (2022). Grande Baía – Ponto por ponto. *Ponto final*, 1–16. [https://pontofinal.sgp1.digitaloceanspaces.com/wp-content/uploads/2022/04/Grande\\_Baia-01.pdf](https://pontofinal.sgp1.digitaloceanspaces.com/wp-content/uploads/2022/04/Grande_Baia-01.pdf) Consultado em 30 de maio de 2022.
- Hu, Y., & Chan, R. C. K. (2002). Globalization, Governance, and Development of the Pearl River Delta Region. *China Review*, 2(1), 61–83.
- Junqueira, P. A. (2019). *A Nova Rota da Seda: Uma perspectiva geopolítica do projeto da política externa chinesa*. [https://www.erabedsudeste2019.abedef.org/resources/anais/12/erabedsudeste2019/1571614767\\_ARQUIVO\\_d94bf2ee936de2c40a74fc28ab1906ef.pdf](https://www.erabedsudeste2019.abedef.org/resources/anais/12/erabedsudeste2019/1571614767_ARQUIVO_d94bf2ee936de2c40a74fc28ab1906ef.pdf) Consultado em 30 de setembro de 2022.
- Liu, K. (2019). China’s Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area: A Primer. *Copenhagen Journal of Asian Studies*, 37(1), 36–56. <http://dx.doi.org/10.22439/cjas.v37i1.5905>
- Lu, Y. (2013, fevereiro 27). *Dongguan, the World’s Factory in Transition (Part I)*. China Briefing News. <https://www.china-briefing.com/news/dongguan-the-worlds-factory-in-transition-part-i/> Consultado em 11 de outubro de 2022.
- McCartney, G., & Weng In, W. L. (2016). House of Cards—An analysis of Macao’s resident support for tourism and casino development. *Tourism and Hospitality Research*, 16(2), 144–157. <https://doi.org/10.1177/1467358415600215>
- Mendes, C. (2004). Contributos para um entendimento sobre a transferência em Macau. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 2, 359–382.

- Mendes, C. (2007). O Regresso de Macau à China—Vicissitudes Negociais. *Revista de Estudos Chineses*, 1(2), 173–188.
- Mendes, C. (2013). Macau 500 anos depois: A plataforma da china para o mundo lusófono. *Revista Oriente*, 22, 44–59.
- Mendes, C. (2016). A evolução das relações Luso-Chinesas. Em *Estudios Iberoamericanos 2015-2016*. Social Sciences Academic Press.
- Mitrašinović, M. (2021). From the Pearl River Delta Estuary to the Greater Bay Area Megaregion: Producing the New Public Realm. Em M. Mitrašinović & T. Jachna (Eds.), *The Emerging Public Realm of the Greater Bay Area: Approaches to Public Space in a Chinese Megaregion*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429350948>
- Mongiardim, M. R. de. (2018). Relações Portugal-China: Uma Parceria Ocidente-Oriente para o Séc. XXI. *Working Paper*, (1), 1–33.
- Newsgd. (2021, maio 19). *About GBA-Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area*. Guangdong – Hong Kong – Macao Greater Bay Area. [http://www.cnbayarea.org.cn/english/About%20GBA/content/post\\_165618.html](http://www.cnbayarea.org.cn/english/About%20GBA/content/post_165618.html) Consultado em 21 de abril de 2022.
- Ng, M. K. (2008, Janeiro 21-23). *Urban System Planning in China: The case of the Pearl River Delta*. [Conference Session]. United Nations Expert Group Meeting on Population distribution, urbanization, internal migration and development, Nova Iorque. 1-24. [https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/13/P15\\_Ng.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/13/P15_Ng.pdf)
- Observatório da China. (n.d.). *Quem Somos—Observatório da China*. <https://www.observatoriodachina.org/index.php/pt/quem-somos> Consultado em 24 de setembro de 2022.



People's Government of Guangzhou Municipality. (n.d.). *Urban Development*. Guangzhou International.

[http://www.gz.gov.cn/guangzhouinternational/aboutgz/content/post\\_3012859.html](http://www.gz.gov.cn/guangzhouinternational/aboutgz/content/post_3012859.html)

Consultado em 7 de abril de 2022.

Pereira, B. F. (2006). Relações entre Portugal e a República Popular da China. *Relações Internacionais*, 10, 65–73.

Plataforma Media. (2022, junho 17). *Guangdong lidera em capacidade de inovação na China*. <https://www.plataformamedia.com/2022/06/17/guangdong-lidera-em-capacidade-de-inovacao-na-china/> Consultado em 11 de outubro de 2022.

Poon, J. (2019). *Outline Development Plan for the Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area*. Greater Bay Area. [https://www.bayarea.gov.hk/filemanager/en/share/pdf/Outline\\_Development\\_Plan.pdf](https://www.bayarea.gov.hk/filemanager/en/share/pdf/Outline_Development_Plan.pdf) Consultado em 16 de março de 2022.

Ramos, J. de D. (1990). Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau. *Nação e Defesa*, 157–170.

Ramos, J. de D. (2013). Relações entre Portugal e a República Popular da China: Um olhar retrospectivo. *Povos e Culturas*, 17, 37–43. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2013.8921>

Ramos, J. de D. (n.d.). *Designações dadas pela China a Portugal*.

Rangel, J. A. H. (2013). A preservação e valorização do legado luso em Macau. *Povos e Culturas*, 17, 45–57. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2013.8922>

Rangel, J. A. H. (2022, junho 20). *Fundação Casa de Macau – programa realizado, apesar da crise pandémica*. JTM. <https://jtm.com.mo/opiniaio/fundacao-casa-de-macau-programa-realizado-apesar-da-crise-pandemica/> Consultado em 2 de outubro de 2022.

Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. (2020). *Fórum de Macau—Forum Macao / 中葡論壇 / 中葡论坛 / Fórum de Macau*. <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/forum-de-macau/> Consultado em de maio de 2022.

Sheng, M., & Gu, C. (2018). Economic growth and development in Macau (1999–2016): The role of the booming gaming industry. *Cities*, 75, 72–80. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.01.003>

Shenzhen Government Online. (2022, fevereiro 18). *Shenzhen Basics—Profile—Shenzhen Government Online*. [http://www.sz.gov.cn/en\\_szgov/aboutsz/profile/content/post\\_1357629.html](http://www.sz.gov.cn/en_szgov/aboutsz/profile/content/post_1357629.html) Consultado em 11 de abril de 2022.

SHIPHUB. (2019, março 20). *TOP 9 ports in China—The biggest ports in China—Information*. <https://www.shiphub.co/the-biggest-ports-in-china/> Consultado em 11 de outubro de 2022.

Silva, A. S. (2019, setembro 27). *Fundação Casa de Macau | Dirigente deseja juntar instituições ligadas à cultura macaense*. Hoje Macau. <https://hojemacau.com.mo/2019/09/27/fundacao-casa-de-macau-dirigente-deseja-juntar-instituicoes-ligadas-a-cultura-macaense/> Consultado em 17 de outubro de 2022.

Silva, A. S. (2021, outubro 12). *FCM | Cultura macaense revelada a alunos em Portugal*. Hoje Macau. <https://hojemacau.com.mo/2021/10/12/fcm-cultura-macaense-revelada-a-alunos-em-portugal/> Consultado em 4 de outubro de 2022.

Silva, J. T. da. (2020). *Portugal e a China – As Relações Luso-Chinesas, do Mundo Quinhentista ao Contexto Contemporâneo*. Instituto Internacional de Macau.

- Souza, E. D. (2021). Infraestruturas culturais em Macau e Portugal, nas décadas de 80 e 90 do século passado. *Fénix: Revista dos Amigos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro*, 16–19. <https://doi.org/10.34624/FENIX.V0I1.26698>
- State Council of China. (2006). *11th Five-Year Plan (2006-2010) for National Economic and Social Development*. <https://policy.asiapacificenergy.org/node/115> Consultado em 10 de outubro de 2022.
- Statista. (n.d.). *Macao: Visitor arrivals 2010-2020*. <https://www.statista.com/statistics/319153/macau-visitor-arrivals/>
- Tang, U. W., & Sheng, N. (2009). Macao. *Cities*, 26(4), 220–231. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2009.02.005>
- The Government of the Hong Kong Special Administrative Region. (2021). *Trade and Industry Department: Trade Relations*. [https://www.tid.gov.hk/english/trade\\_relations/mainland/trade.html](https://www.tid.gov.hk/english/trade_relations/mainland/trade.html) Consultado em 15 de março de 2022.
- The National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs of the PRC, & Ministry of Commerce of the PRC. (2015). *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st Century Maritime Silk Road*. Embassy of the PRC in the UK of Great Britain and Northern Ireland. <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceuk//eng/zywl/t1251719.htm> Consultado em 8 de março de 2022.
- The National Development and Reform Commission, People’s Government of Guangdong Province, Government of the Hong Kong Special Administrative Region, & Government of the Macao Special Administrative Region. (2017). *Framework Agreement on Deepening Guangdong-Hong Kong-Macao Cooperation in the Development of the Greater Bay Area*. 1-7.

- The National Development and Reform Commission. (2008). *The Outline of the Plan for the Reform and Development of the Pearl River Delta (2008-2020)*. <https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/The%20Outline%20of%20the%20Plan%20for%20the%20Reform%20and%20Development%20of%20the%20Pearl%20River%20Delta%20%282008-2020%29%20%28EN%29.pdf> Consultado em 16 de março de 2022.
- The National People's Congress of the PRC. (2001). *Report on the Outline of the Tenth Five-Year Plan for National Economic and Social Development (2001)*. [http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Special\\_11\\_5/2010-03/03/content\\_1690620.htm](http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Special_11_5/2010-03/03/content_1690620.htm) Consultado em 8 de março de 2022.
- Wong, W., & Xiao, H. (2018). Twenty years of Hong Kong and Macao under Chinese rule: Being absorbed under 'one country, two systems'. *Public Money & Management*, 38(6), 411–418. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1486101>
- World Integrated Trade Solution. (n.d.a). *Hong Kong, China Trade | WITS Data*. <https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/HKG> Consultado em 22 de maio de 2022.
- World Integrated Trade Solution. (n.d.b). *Macao Trade | WITS Data*. <https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/MAC> Consultado em 22 de maio de 2022.
- Wu, J. J.-X. (2021). *Chinese Regional Planning Under Xi Jinping: The Politics and Policy Implications of the Greater Bay Area Initiative*. viii–44.
- Yee, H. S. (2001). *Macau in Transition: From Colony to Autonomous Region* (Primeira Edição). Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/9780230599369>
- Yu, H. (2016). Motivation behind China's 'One Belt, One Road' Initiatives and Establishment of the Asian Infrastructure Investment Bank. *Journal of*

*Contemporary China*, 26(105), 353–368.  
<https://doi.org/10.1080/10670564.2016.1245894>

Yu, H. (2021). The Guangdong-Hong Kong-Macau Greater Bay Area in the making: Development plan and challenges. *Cambridge Review of International Affairs*, 34(4), 481–509. <https://doi.org/10.1080/09557571.2019.1679719>

Zeng, S. (2021, julho 15). *Redefining the Greater Bay Area's Industrial Network and Spatial Distribution*. JLL. <https://research.jllapsites.com/redefining-the-greater-bay-areas-industrial-network-and-spatial-distribution/> Consultado em 27 de outubro de 2022.